

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**Decreto do Presidente da República n.º 28/2006****de 23 de Março**

O Presidente da República decreta, nos termos do artigo 135.º, alínea b), da Constituição, o seguinte:

É ratificada a Convenção entre a República Portuguesa e o Governo da República Argelina Democrática e Popular para Evitar a Dupla Tributação, Prevenir a Evasão Fiscal e Estabelecer Regras de Assistência Mútua em Matéria de Cobrança de Impostos sobre o Rendimento e sobre o Património, assinada em Argel, em 2 de Dezembro de 2003, aprovada pela Resolução da Assembleia da República n.º 22/2006, em 7 de Dezembro de 2005.

Assinado em 15 de Fevereiro de 2006.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 22 de Fevereiro de 2006.

O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

Decreto do Presidente da República n.º 29/2006**de 23 de Março**

O Presidente da República decreta, nos termos do artigo 135.º, alínea b), da Constituição, o seguinte:

É ratificado o Acordo entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha para a Constituição de Um Mercado Ibérico da Energia Eléctrica, assinado em Santiago de Compostela, em 1 de Outubro de 2004, aprovado pela Resolução da Assembleia da República n.º 23/2006, em 19 de Janeiro de 2006.

Assinado em 5 de Março de 2006.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 8 de Março de 2006.

O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

Decreto do Presidente da República n.º 30/2006**de 23 de Março**

O Presidente da República decreta, nos termos do artigo 135.º, alínea b), da Constituição, o seguinte:

É ratificado o Acordo entre a República Portuguesa e o Território Dependente da Coroa Britânica das Ilhas Caimão, por troca de cartas, respectivamente de 29 de Dezembro de 2004 e de 1 de Abril de 2005, Relativo à Tributação dos Rendimentos da Poupança, aprovado

pela Resolução da Assembleia da República n.º 24/2006, em 26 de Janeiro de 2006.

Assinado em 5 de Março de 2006.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 8 de Março de 2006.

O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**Resolução da Assembleia da República n.º 22/2006**

Aprova a Convenção entre a República Portuguesa e o Governo da República Argelina Democrática e Popular para Evitar a Dupla Tributação, Prevenir a Evasão Fiscal e Estabelecer Regras de Assistência Mútua em Matéria de Cobrança de Impostos sobre o Rendimento e sobre o Património, assinada em Argel em 2 de Dezembro de 2003.

A Assembleia da República resolve, nos termos da alínea i) do artigo 161.º e do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, aprovar a Convenção entre a República Portuguesa e o Governo da República Argelina Democrática e Popular para Evitar a Dupla Tributação, Prevenir a Evasão Fiscal e Estabelecer Regras de Assistência Mútua em Matéria de Cobrança de Impostos sobre o Rendimento e sobre o Património, assinada em Argel em 2 de Dezembro de 2003, cujo texto, nas versões autenticadas nas línguas portuguesa, árabe e francesa, é publicado em anexo.

Aprovada em 7 de Dezembro de 2005.

O Presidente da Assembleia da República, *Jaime Gama*.

CONVENÇÃO ENTRE A REPÚBLICA PORTUGUESA E O GOVERNO DA REPÚBLICA ARGELINA DEMOCRÁTICA E POPULAR PARA EVITAR A DUPLA TRIBUTAÇÃO, PREVENIR A EVASÃO FISCAL E ESTABELECEER REGRAS DE ASSISTÊNCIA MÚTUA EM MATÉRIA DE COBRANÇA DE IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO E SOBRE O PATRIMÓNIO.

A República Portuguesa e o Governo da República Argelina Democrática e Popular, doravante designados por Estados Contratantes, desejando concluir uma convenção para evitar a dupla tributação, prevenir a evasão fiscal e estabelecer regras de assistência mútua em matéria de cobrança de impostos sobre o rendimento e o património, acordaram nas disposições seguintes:

CAPÍTULO I**Âmbito de aplicação da Convenção****Artigo 1.º****Pessoas visadas**

Esta Convenção aplica-se às pessoas residentes de um ou de ambos os Estados Contratantes.

Artigo 2.º

Impostos visados

1 — Esta Convenção aplica-se aos impostos sobre o rendimento e sobre o património exigidos por cada um dos Estados Contratantes, suas subdivisões políticas ou administrativas e suas autarquias locais, seja qual for o sistema usado para a sua percepção.

2 — São considerados impostos sobre o rendimento e sobre o património os impostos incidentes sobre o rendimento total, sobre a totalidade do património ou sobre elementos do rendimento ou do património, incluídos os impostos sobre os ganhos derivados da alienação de bens mobiliários ou imobiliários, os impostos sobre o montante global dos salários pagos pelas empresas, bem como os impostos sobre as mais-valias.

3 — Os impostos actuais que constituem objecto desta Convenção são:

a) Relativamente a Portugal:

- i) O imposto sobre o rendimento das pessoas singulares — IRS;
- ii) O imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas — IRC;
- iii) A derrama;
- iv) A contribuição autárquica;

(a seguir referidos pela designação de «imposto português»);

b) Relativamente à Argélia:

- i) O imposto sobre o rendimento global (l'impôt sur le revenu global);
- ii) O imposto sobre os lucros das sociedades (l'impôt sur les bénéfices des sociétés);
- iii) O imposto sobre a actividade profissional (la taxe sur l'activité professionnelle);
- iv) A contribuição forfetária (le versement forfaitaire);
- v) O imposto predial (la taxe foncière);
- vi) O imposto sobre o património (l'impôt sur le patrimoine);
- vii) A «redevance» e o imposto sobre os resultados relativos às actividades de prospecção, pesquisa, exploração e transporte por canalização dos hidrocarbonantes (la redevance et l'impôt sur les résultats relatifs aux activités de prospection, de recherche, d'exploitation et de transport par canalisation des hydrocarbures);
- viii) O imposto sobre os lucros mineiros (l'impôt sur les bénéfices miniers);

(a seguir referidos pela designação de «imposto argelino»).

4 — A Convenção será também aplicável aos impostos de natureza idêntica ou similar que entrem em vigor posteriormente à data da assinatura da Convenção e que venham a acrescer aos actuais ou a substituí-los. As autoridades competentes dos Estados Contratantes comunicarão uma à outra as modificações importantes introduzidas nas respectivas legislações fiscais.

CAPÍTULO II

Definições

Artigo 3.º

Definições gerais

1 — Para efeitos desta Convenção, a não ser que o contexto exija interpretação diferente:

- a) As expressões «um Estado Contratante» e «o outro Estado Contratante» significam Portugal ou a Argélia, consoante resulte do contexto;
- b) O termo «Portugal» compreende o território da República Portuguesa situado no continente europeu, os arquipélagos dos Açores e Madeira, as águas interiores e o respectivo mar territorial, bem como a plataforma continental e qualquer outra zona onde o Estado Português exerça direitos de soberania ou jurisdição, segundo as normas de direito internacional;
- c) O termo «Argélia» significa a República Argelina Democrática e Popular e, usado no sentido geográfico, designa o território da República Argelina Democrática e Popular incluído o respectivo mar territorial e, para além deste, as zonas onde por força da aplicação da sua legislação nacional e em conformidade com o direito internacional a República Argelina Democrática e Popular tem jurisdição e exerce os respectivos direitos soberanos relativamente à prospecção, pesquisa e exploração dos recursos naturais, biológicos e não biológicos, do leito do mar, do seu subsolo e das águas sobrejacentes;
- d) O termo «pessoa» compreende uma pessoa singular, uma sociedade e qualquer outro agrupamento de pessoas;
- e) O termo «sociedade» significa qualquer pessoa colectiva ou qualquer entidade que é tratada como pessoa colectiva para fins tributários;
- f) As expressões «empresa de um Estado Contratante» e «empresa do outro Estado Contratante» significam, respectivamente, uma empresa explorada por um residente de um Estado Contratante e uma empresa explorada por um residente do outro Estado Contratante;
- g) A expressão «tráfego internacional» significa qualquer transporte por navio ou aeronave explorado por uma empresa cuja direcção efectiva esteja situada num Estado Contratante, excepto se o navio ou aeronave forem explorados somente entre lugares situados no outro Estado Contratante;
- h) O termo «nacional» designa:
 - i) Todas as pessoas singulares que tenham a nacionalidade de um Estado Contratante;
 - ii) Todas as pessoas colectivas, sociedades de pessoas, associações ou outras entidades constituídas de harmonia com a legislação em vigor num Estado Contratante;
- i) A expressão «autoridade competente» significa:
 - i) Relativamente a Portugal, o Ministro das Finanças, o director-geral dos Impostos ou os seus representantes autorizados;
 - ii) Relativamente à Argélia, o ministro encarregado das finanças ou o seu representante autorizado.

2 — Para aplicação da presente Convenção por um Estado Contratante, qualquer expressão aí não definida terá, a não ser que o contexto exija interpretação diferente, o significado que lhe for atribuído pela legislação desse Estado relativa aos impostos a que a Convenção se aplica.

Artigo 4.º

Residente

1 — Para efeitos desta Convenção, a expressão «residente de um Estado Contratante» significa qualquer pessoa que, por virtude da legislação desse Estado, está aí sujeita a imposto devido ao seu domicílio, à sua residência, ao local de direcção ou a qualquer outro critério de natureza similar. Todavia, esta expressão não inclui qualquer pessoa que está sujeita a imposto nesse Estado apenas relativamente ao rendimento de fontes localizadas nesse Estado ou a património que aí se encontre.

2 — Quando, por virtude do disposto no n.º 1, uma pessoa singular for residente de ambos os Estados Contratantes, a situação será resolvida como segue:

- a) Será considerada residente do Estado em que tenha uma habitação permanente à sua disposição. Se tiver uma habitação permanente à sua disposição em ambos os Estados Contratantes, será considerada residente do Estado com o qual sejam mais estreitas as suas relações pessoais e económicas (centro de interesses vitais);
- b) Se o Estado em que tem o centro de interesses vitais não puder ser determinado ou se não tiver uma habitação permanente à sua disposição em nenhum dos Estados Contratantes, será considerada residente do Estado em que permanece habitualmente;
- c) Se permanecer habitualmente em ambos os Estados Contratantes ou se não permanecer habitualmente em nenhum deles, será considerada residente do Estado de que for nacional;
- d) Se for nacional de ambos os Estados Contratantes ou não for nacional de nenhum deles, as autoridades competentes dos Estados Contratantes resolverão o caso de comum acordo.

3 — Quando, em virtude do disposto no n.º 1, uma pessoa, que não seja uma pessoa singular, for residente de ambos os Estados Contratantes, será considerada residente do Estado em que estiver situada a sua direcção efectiva.

Artigo 5.º

Estabelecimento estável

1 — Para efeitos desta Convenção, a expressão «estabelecimento estável» significa uma instalação fixa, através da qual a empresa exerça toda ou parte da sua actividade.

2 — A expressão «estabelecimento estável» compreende, nomeadamente:

- a) Um local de direcção;
- b) Uma sucursal;
- c) Um escritório;
- d) Uma fábrica;
- e) Uma oficina; e
- f) Uma mina, um poço de petróleo ou gás, uma pedreira ou qualquer local de extracção de recursos naturais.

3 — Um local ou um estaleiro de construção ou de montagem só constitui um estabelecimento estável se a sua duração exceder seis meses.

4 — Não obstante as disposições anteriores deste artigo, a expressão «estabelecimento estável» não compreende:

- a) As instalações utilizadas unicamente para armazenar, expor ou entregar mercadorias pertencentes à empresa;
- b) Um depósito de mercadorias pertencentes à empresa, mantido unicamente para as armazenar, expor ou entregar;
- c) Um depósito de mercadorias pertencentes à empresa, mantido unicamente para serem transformadas por outra empresa;
- d) Uma instalação fixa, mantida unicamente para comprar mercadorias ou reunir informações para a empresa;
- e) Uma instalação fixa, mantida unicamente para exercer, para a empresa, qualquer outra actividade de carácter preparatório ou auxiliar;
- f) Uma instalação fixa, mantida unicamente para o exercício de qualquer combinação das actividades referidas nas alíneas a) a e), desde que a actividade de conjunto da instalação fixa resultante desta combinação seja de carácter preparatório ou auxiliar.

5 — Não obstante o disposto nos n.ºs 1 e 2, quando uma pessoa — que não seja um agente independente, a que é aplicável o n.º 6 — actue por conta de uma empresa e tenha e habitualmente exerça num Estado Contratante poderes para concluir contratos em nome da empresa, será considerado que esta empresa tem um estabelecimento estável nesse Estado relativamente a qualquer actividade que essa pessoa exerça para a empresa, a não ser que as actividades de tal pessoa se limitem às indicadas no n.º 4, as quais, se fossem exercidas através de uma instalação fixa, não permitiriam considerar esta instalação fixa como um estabelecimento estável, de acordo com as disposições desse número.

6 — Não se considera que uma empresa tem um estabelecimento estável num Estado Contratante pelo simples facto de exercer a sua actividade nesse Estado por intermédio de um corretor, de um comissário geral ou de qualquer outro agente independente, desde que essas pessoas actuem no âmbito normal da sua actividade.

7 — O facto de uma sociedade residente de um Estado Contratante controlar ou ser controlada por uma sociedade residente do outro Estado Contratante ou que exerça a sua actividade nesse outro Estado (quer seja através de um estabelecimento estável, quer de outro modo) não é, por si, bastante para fazer de qualquer dessas sociedades estabelecimento estável da outra.

CAPÍTULO III

Tributação dos rendimentos

Artigo 6.º

Rendimentos dos bens imobiliários

1 — Os rendimentos que um residente de um Estado Contratante aufera de bens imobiliários (incluídos os rendimentos das explorações agrícolas ou florestais)

situados no outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado.

2 — A expressão «bens imobiliários» terá o significado que lhe for atribuído pelo direito do Estado Contratante em que tais bens estiverem situados. A expressão compreende sempre os acessórios, o gado e o equipamento das explorações agrícolas e florestais, os direitos a que se apliquem as disposições do direito privado relativas à propriedade de bens imóveis, o usufruto de bens imobiliários e os direitos a retribuições variáveis ou fixas pela exploração ou pela concessão da exploração de jazigos minerais, fontes e outros recursos naturais; os navios e aeronaves não são considerados bens imobiliários.

3 — A disposição do n.º 1 aplica-se aos rendimentos derivados da utilização directa, do arrendamento ou de qualquer outra forma de utilização dos bens imobiliários.

4 — O disposto nos n.ºs 1 e 3 aplica-se igualmente aos rendimentos provenientes dos bens imobiliários de uma empresa e aos rendimentos dos bens imobiliários utilizados para o exercício de profissões independentes.

Artigo 7.º

Lucros das empresas

1 — Os lucros de uma empresa de um Estado Contratante só podem ser tributados nesse Estado, a não ser que a empresa exerça a sua actividade no outro Estado Contratante por meio de um estabelecimento estável aí situado. Se a empresa exercer a sua actividade deste modo, os seus lucros podem ser tributados no outro Estado, mas unicamente na medida em que forem imputáveis a esse estabelecimento estável.

2 — Com ressalva do disposto no n.º 3, quando uma empresa de um Estado Contratante exercer a sua actividade no outro Estado Contratante por meio de um estabelecimento estável aí situado, serão imputados, em cada Estado Contratante, a esse estabelecimento estável os lucros que este obteria se fosse uma empresa distinta que exercesse as mesmas actividades ou actividades similares, nas mesmas condições ou em condições similares, e tratasse com absoluta independência com a empresa de que é estabelecimento estável.

3 — Na determinação do lucro de um estabelecimento estável é permitido deduzir as despesas que tiverem sido feitas para realização dos fins prosseguidos por esse estabelecimento estável, incluindo as despesas de direcção e as despesas gerais de administração efectuadas com o fim referido, quer no Estado em que esse estabelecimento estável estiver situado quer fora dele.

4 — Nenhum lucro será imputado a um estabelecimento estável pelo facto da simples compra de mercadorias, por esse estabelecimento estável, para a empresa.

5 — Para efeitos dos números precedentes, os lucros a imputar ao estabelecimento estável serão calculados, em cada ano, segundo o mesmo método, a não ser que existam motivos válidos e suficientes para proceder de forma diferente.

6 — Quando os lucros compreendam elementos do rendimento tratados especialmente noutros artigos desta Convenção, as respectivas disposições não serão afectadas pelas deste artigo.

Artigo 8.º

Navegação marítima e aérea

1 — Os lucros provenientes da exploração de navios ou aeronaves no tráfego internacional só podem ser tri-

butados no Estado Contratante em que estiver situada a direcção efectiva da empresa.

2 — Se a direcção efectiva de uma empresa de navegação marítima se situar a bordo de um navio, a direcção efectiva considera-se situada no Estado Contratante em que se encontra o porto onde esse navio estiver registado ou, na falta do porto de registo, no Estado Contratante de que é residente a pessoa que explora o navio.

3 — O disposto no n.º 1 é aplicável igualmente aos lucros provenientes da participação num *pool*, numa exploração em comum ou num organismo internacional de exploração.

Artigo 9.º

Empresas associadas

1 — Quando:

- a) Uma empresa de um Estado Contratante participar, directa ou indirectamente, na direcção, no controlo ou no capital de uma empresa do outro Estado Contratante; ou
- b) As mesmas pessoas participarem, directa ou indirectamente, na direcção, no controlo ou no capital de uma empresa de um Estado Contratante e de uma empresa do outro Estado Contratante,

e em ambos os casos, as duas empresas, nas suas relações comerciais ou financeiras, estiverem ligadas por condições aceites ou impostas que difiram das que seriam estabelecidas entre empresas independentes, os lucros que, se não existissem essas condições, teriam sido obtidos por uma das empresas, mas não foram por causa dessas condições, podem ser incluídos nos lucros dessa empresa e, consequentemente, tributados.

2 — Quando um Estado Contratante incluir nos lucros de uma empresa desse Estado — e tributar nessa conformidade — os lucros pelos quais uma empresa do outro Estado Contratante foi tributada nesse outro Estado, e os lucros incluídos deste modo constituírem lucros que teriam sido obtidos pela empresa do primeiro Estado, se as condições acordadas entre as duas empresas tivessem sido as condições que teriam sido estabelecidas entre empresas independentes, o outro Estado procederá ao ajustamento adequado do montante do imposto aí cobrado sobre os lucros referidos, se esse outro Estado considera o ajustamento justificado. Na determinação deste ajustamento serão tomadas em consideração as outras disposições desta Convenção e as autoridades competentes dos Estados Contratantes consultar-se-ão, se necessário.

Artigo 10.º

Dividendos

1 — Os dividendos pagos por uma sociedade residente de um Estado Contratante a um residente do outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado.

2 — Esses dividendos podem, no entanto, ser igualmente tributados no Estado Contratante de que é residente a sociedade que paga os dividendos e de acordo com a legislação desse Estado, mas se a pessoa que recebe os dividendos for o seu beneficiário efectivo, o imposto assim estabelecido não excederá:

- a) 15 % do montante bruto dos dividendos;
- b) Não obstante a alínea a) anterior, 10 % do montante bruto dos dividendos, se o seu beneficiário

efectivo for uma sociedade que, durante um período consecutivo de dois anos anterior ao pagamento dos dividendos, detenha directamente, pelo menos, 25 % do capital da sociedade que paga os dividendos.

Este número não afecta a tributação da sociedade pelos lucros dos quais os dividendos são pagos.

3 — O termo «dividendos», usado neste artigo, significa os rendimentos provenientes de acções, acções ou bónus de fruição, partes de minas, partes de fundador, ou outros direitos, com excepção dos créditos, que permitam participar nos lucros, assim como os rendimentos de outras partes sociais sujeitos ao mesmo regime fiscal que os rendimentos de acções pela legislação do Estado de que é residente a sociedade que os distribui.

4 — O disposto nos n.ºs 1 e 2 não é aplicável se o beneficiário efectivo dos dividendos, residente de um Estado Contratante, exercer actividade industrial ou comercial no outro Estado Contratante de que é residente a sociedade que paga os dividendos, por meio de um estabelecimento estável aí situado, ou exercer nesse outro Estado uma profissão independente, por meio de uma instalação fixa aí situada, e a participação relativamente à qual os dividendos são pagos estiver efectivamente ligada a esse estabelecimento estável ou a essa instalação fixa. Nesse caso, são aplicáveis as disposições do artigo 7.º ou do artigo 14.º, consoante o caso.

5 — Quando uma sociedade residente de um Estado Contratante obtiver lucros ou rendimentos provenientes do outro Estado Contratante, este outro Estado não poderá exigir nenhum imposto sobre os dividendos pagos pela sociedade, excepto na medida em que esses dividendos forem pagos a um residente desse outro Estado ou na medida em que a participação relativamente à qual os dividendos são pagos estiver efectivamente ligada a um estabelecimento estável ou a uma instalação fixa situados nesse outro Estado, nem sujeitar os lucros não distribuídos da sociedade a um imposto sobre os lucros não distribuídos, mesmo que os dividendos pagos ou os lucros não distribuídos consistam, total ou parcialmente, em lucros ou rendimentos provenientes desse outro Estado.

Artigo 11.º

Juros

1 — Os juros provenientes de um Estado Contratante e pagos a um residente do outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado.

2 — No entanto, esses juros podem ser igualmente tributados no Estado Contratante de que provêm e de acordo com a legislação desse Estado, mas se a pessoa que recebe os juros for o seu beneficiário efectivo, o imposto assim estabelecido não excederá 15 % do montante bruto desses juros.

3 — Não obstante as disposições do n.º 2, os juros provenientes de um dos Estados Contratantes estão isentos nesse Estado:

- a) Se o devedor de tais juros for o Governo desse Estado, uma sua subdivisão política ou administrativa ou uma sua autarquia local; ou
- b) Se o juro for pago ao Governo do outro Estado Contratante, a uma sua subdivisão política ou

administrativa, a uma sua autarquia local ou a uma instituição ou organismo (incluindo uma instituição financeira) detido na totalidade por esse Estado Contratante ou por uma sua subdivisão política ou administrativa ou uma sua autarquia local; ou

- c) Se o juro for pago a outra instituição ou organismo (incluindo uma instituição financeira) em conexão com qualquer financiamento por eles concedido no âmbito de um acordo celebrado entre os Governos dos Estados Contratantes.

4 — O termo «juros», usado neste artigo, significa os rendimentos de créditos de qualquer natureza, com ou sem garantia hipotecária e com direito ou não a participar nos lucros do devedor, e, nomeadamente, os rendimentos da dívida pública e de obrigações de empréstimo, incluindo prémios atinentes a esses títulos. Para efeitos deste artigo, não se consideram juros as penalizações por pagamento tardio.

5 — O disposto nos n.ºs 1 e 2 não é aplicável se o beneficiário efectivo dos juros, residente de um Estado Contratante, exercer actividade industrial ou comercial no outro Estado Contratante de que provêm os juros, por meio de um estabelecimento estável aí situado, ou exercer nesse outro Estado uma profissão independente, por meio de uma instalação fixa aí situada, e o crédito relativamente ao qual os juros são pagos estiver efectivamente ligado a esse estabelecimento estável ou a essa instalação fixa. Nesse caso, são aplicáveis as disposições do artigo 7.º ou do artigo 14.º, consoante o caso.

6 — Os juros consideram-se provenientes de um Estado Contratante quando o devedor for esse próprio Estado, uma sua subdivisão política ou administrativa, uma sua autarquia local ou um residente desse Estado. Todavia, quando o devedor dos juros, seja ou não residente de um Estado Contratante, tiver num Estado Contratante um estabelecimento estável ou uma instalação fixa em relação com os quais haja sido contraída a obrigação pela qual os juros são pagos e esse estabelecimento estável ou essa instalação fixa suportem o pagamento desses juros, tais juros são considerados provenientes do Estado em que o estabelecimento estável ou a instalação fixa estiverem situados.

7 — Quando, devido a relações especiais existentes entre o devedor e o beneficiário efectivo ou entre ambos e qualquer outra pessoa, o montante dos juros, tendo em conta o crédito pelo qual são pagos, exceder o montante que seria acordado entre o devedor e o beneficiário efectivo na ausência de tais relações, as disposições deste artigo são aplicáveis apenas a este último montante. Nesse caso, o excesso pode continuar a ser tributado de acordo com a legislação de cada Estado Contratante, tendo em conta as outras disposições desta Convenção.

Artigo 12.º

Redevances

1 — As *redevances* provenientes de um Estado Contratante e pagas a um residente do outro Estado Contratante podem ser tributadas nesse outro Estado.

2 — Todavia, essas *redevances* podem ser igualmente tributadas no Estado Contratante de que provêm e de acordo com a legislação desse Estado, mas se a pessoa que receber as *redevances* for o seu beneficiário efectivo,

o imposto assim estabelecido não excederá 10% do montante bruto das *redevances*.

3 — O termo «*redevances*», usado neste artigo, significa as retribuições de qualquer natureza atribuídas pelo uso ou pela concessão do uso de um direito de autor sobre uma obra literária, artística ou científica, incluindo os filmes cinematográficos e filmes ou gravações para transmissão pela rádio ou pela televisão, de uma licença, de uma marca de fabrico ou de comércio, de um desenho ou de um modelo, de um plano, de uma fórmula ou de um processo secretos, bem como pelo uso ou pela concessão do uso de um equipamento industrial, comercial ou científico, ou por informações respeitantes a uma experiência adquirida no sector industrial, comercial ou científico.

4 — O disposto nos n.ºs 1 e 2 não é aplicável se o beneficiário efectivo das *redevances*, residente de um Estado Contratante, exercer actividade industrial ou comercial no outro Estado Contratante de que provêm as *redevances*, por meio de um estabelecimento estável aí situado, ou exercer nesse outro Estado uma profissão independente, por meio de uma instalação fixa aí situada, e o direito ou bem relativamente ao qual as *redevances* são pagas estiver efectivamente ligado a esse estabelecimento estável ou a essa instalação fixa. Nesse caso, são aplicáveis as disposições do artigo 7.º ou do artigo 14.º, consoante o caso.

5 — As *redevances* consideram-se provenientes de um Estado Contratante quando o devedor for esse próprio Estado, uma sua subdivisão política ou administrativa, uma sua autarquia local ou um residente desse Estado. Todavia, quando o devedor das *redevances*, seja ou não residente de um Estado Contratante, tiver num Estado Contratante um estabelecimento estável ou uma instalação fixa em relação com os quais haja sido contraída a obrigação que dá origem ao pagamento das *redevances* e esse estabelecimento estável ou essa instalação fixa suportem o pagamento dessas *redevances*, tais *redevances* são consideradas provenientes do Estado Contratante em que o estabelecimento estável ou a instalação fixa estiverem situados.

6 — Quando, devido a relações especiais existentes entre o devedor e o beneficiário efectivo ou entre ambos e qualquer outra pessoa, o montante das *redevances*, tendo em conta a prestação pela qual são pagas, exceder o montante que seria acordado entre o devedor e o beneficiário efectivo na ausência de tais relações, as disposições deste artigo são aplicáveis apenas a este último montante. Nesse caso, o excesso pode continuar a ser tributado de acordo com a legislação de cada Estado Contratante, tendo em conta as outras disposições desta Convenção.

Artigo 13.º

Mais-valias

1 — Os ganhos que um residente de um Estado Contratante aufera da alienação de bens imobiliários considerados no artigo 6.º e situados no outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado.

2 — Os ganhos provenientes da alienação de bens mobiliários que façam parte do activo de um estabelecimento estável que uma empresa de um Estado Contratante tenha no outro Estado Contratante ou de bens mobiliários afectos a uma instalação fixa de que um residente de um Estado Contratante disponha no outro Estado Contratante para o exercício de uma profissão independente, incluindo os ganhos provenientes da alie-

nação desse estabelecimento estável (isolado ou com o conjunto da empresa) ou dessa instalação fixa, podem ser tributados nesse outro Estado.

3 — Os ganhos provenientes da alienação de navios ou aeronaves utilizados no tráfego internacional, ou de bens mobiliários afectos à exploração desses navios ou aeronaves, só podem ser tributados no Estado Contratante em que estiver situada a direcção efectiva da empresa.

4 — Os ganhos provenientes da alienação de quaisquer outros bens diferentes dos mencionados nos n.ºs 1, 2 e 3 deste artigo só podem ser tributados no Estado Contratante de que o alienante é residente.

Artigo 14.º

Profissões independentes

1 — Os rendimentos obtidos por um residente de um Estado Contratante pelo exercício de uma profissão liberal ou de outras actividades de carácter independente só podem ser tributados nesse Estado, a não ser que:

- a) Esse residente disponha, de forma habitual, no outro Estado Contratante, de uma instalação fixa para o exercício das suas actividades. Nesse caso, os rendimentos podem ser tributados no outro Estado Contratante, mas unicamente na medida em que sejam imputáveis a essa instalação fixa; ou
- b) Esse residente permaneça no outro Estado Contratante durante um período ou períodos cuja duração total seja igual ou superior a 183 dias no ano fiscal em causa. Nesse caso, unicamente a fracção do rendimento proveniente das actividades exercidas no outro Estado Contratante pode ser tributada no outro Estado.

2 — A expressão «profissões liberais» abrange, em especial, as actividades independentes de carácter científico, literário, artístico, educativo ou pedagógico, bem como as actividades independentes de médicos, advogados, engenheiros, arquitectos, dentistas e contabilistas.

Artigo 15.º

Profissões dependentes

1 — Com ressalva do disposto nos artigos 16.º, 18.º e 19.º, os salários, ordenados e remunerações similares obtidos de um emprego por um residente de um Estado Contratante só podem ser tributados nesse Estado, a não ser que o emprego seja exercido no outro Estado Contratante. Se o emprego for aí exercido, as remunerações correspondentes podem ser tributadas nesse outro Estado.

2 — Não obstante o disposto no n.º 1, as remunerações obtidas por um residente de um Estado Contratante de um emprego exercido no outro Estado Contratante só podem ser tributadas no Estado primeiramente mencionado se:

- a) O beneficiário permanecer no outro Estado durante um período ou períodos que não excedam, no total, 183 dias em qualquer período de 12 meses que comece ou acabe no ano fiscal em causa; e
- b) As remunerações forem pagas por uma entidade patronal ou em nome de uma entidade patronal que não seja residente do outro Estado; e

- c) As remunerações não forem suportadas por um estabelecimento estável ou por uma instalação fixa que a entidade patronal tenha no outro Estado.

3 — Não obstante as disposições anteriores deste artigo, as remunerações de um emprego exercido a bordo de um navio ou de uma aeronave explorados no tráfego internacional podem ser tributadas no Estado Contratante em que estiver situada a direcção efectiva da empresa.

Artigo 16.º

Percentagens de membros de conselhos

As percentagens, senhas de presença e remunerações similares obtidas por um residente de um Estado Contratante na qualidade de membro do conselho de administração ou do conselho fiscal de uma sociedade residente do outro Estado Contratante podem ser tributadas nesse outro Estado.

Artigo 17.º

Artistas e desportistas

1 — Não obstante o disposto nos artigos 14.º e 15.º, os rendimentos obtidos por um residente de um Estado Contratante na qualidade de profissional de espectáculos, tal como artista de teatro, cinema, rádio ou televisão, ou músico, bem como de desportista, provenientes das suas actividades pessoais exercidas nessa qualidade no outro Estado Contratante, podem ser tributados nesse outro Estado.

2 — Não obstante o disposto nos artigos 7.º, 14.º e 15.º, os rendimentos da actividade exercida pessoalmente pelos profissionais de espectáculos ou desportistas, nessa qualidade, atribuídos a uma outra pessoa, podem ser tributados no Estado Contratante em que são exercidas essas actividades dos profissionais de espectáculos ou dos desportistas.

3 — O disposto nos n.ºs 1 e 2 não se aplica aos rendimentos provenientes da actividade exercida pessoalmente pelos profissionais de espectáculos num Estado Contratante, financiada na totalidade ou na sua maior parte através de fundos públicos do outro Estado Contratante ou de uma sua subdivisão política ou administrativa ou de uma sua autarquia local. Nesse caso, os rendimentos provenientes dessa actividade só podem ser tributados no outro Estado Contratante.

Artigo 18.º

Pensões

Com ressalva do disposto no n.º 2 do artigo 19.º, as pensões e remunerações similares pagas a um residente de um Estado Contratante em consequência de um emprego anterior só podem ser tributadas nesse Estado.

Artigo 19.º

Remunerações públicas

1 — a) As remunerações, excluindo as pensões, pagas por um Estado Contratante ou por uma das suas subdivisões políticas ou administrativas ou autarquias locais a uma pessoa singular, em consequência de serviços prestados a esse Estado ou essa subdivisão ou autarquia, só podem ser tributadas nesse Estado.

b) Estas remunerações só podem, contudo, ser tributadas no outro Estado Contratante se os serviços forem prestados nesse Estado e se a pessoa singular for um residente desse Estado:

- i) Sendo seu nacional; ou
- ii) Que não se tornou seu residente unicamente para o efeito de prestar os ditos serviços.

2 — a) As pensões pagas por um Estado Contratante ou por uma das suas subdivisões políticas ou administrativas ou autarquias locais, quer directamente, quer através de fundos por elas constituídos, a uma pessoa singular, em consequência de serviços prestados a esse Estado ou a essa subdivisão ou autarquia, só podem ser tributadas nesse Estado.

b) Estas pensões só podem, contudo, ser tributadas no outro Estado Contratante se a pessoa singular for um residente e um nacional desse Estado.

3 — O disposto nos artigos 15.º, 16.º e 18.º aplica-se às remunerações e pensões pagas em consequência de serviços prestados em relação com uma actividade industrial ou comercial exercida por um Estado Contratante ou por uma das suas subdivisões políticas ou administrativas ou autarquias locais.

Artigo 20.º

Estudantes

As importâncias que um estudante ou um estagiário que é, ou foi, imediatamente antes da sua permanência num Estado Contratante, residente do outro Estado Contratante e cuja permanência no Estado primeiramente mencionado tem como único fim aí prosseguir os seus estudos ou a sua formação, receba para fazer face às despesas com a sua manutenção, estudos ou formação não são tributadas nesse Estado, desde que provenham de fontes situadas fora desse Estado.

Artigo 21.º

Outros rendimentos

1 — Os elementos do rendimento de um residente de um Estado Contratante, donde quer que provenham, não tratados nos artigos anteriores desta Convenção só podem ser tributados nesse Estado.

2 — O disposto no n.º 1 não se aplica ao rendimento, que não seja rendimento de bens imobiliários como são definidos no n.º 2 do artigo 6.º, auferido por um residente de um Estado Contratante que exerce actividade industrial ou comercial no outro Estado Contratante por meio de um estabelecimento estável nele situado ou que exerce nesse outro Estado uma profissão independente através de uma instalação fixa nele situada, estando o direito ou a propriedade em relação ao qual o rendimento é pago efectivamente ligado com esse estabelecimento estável ou instalação fixa. Nesse caso, são aplicáveis as disposições do artigo 7.º ou do artigo 14.º, consoante o caso.

Artigo 22.º

Património

1 — O património constituído por bens imobiliários mencionados no artigo 6.º, propriedade de um residente de um Estado Contratante e situados no outro Estado Contratante, pode ser tributado nesse outro Estado.

2 — O património constituído por bens mobiliários que fazem parte do activo de um estabelecimento estável que uma empresa de um Estado Contratante tem no outro Estado Contratante ou por bens mobiliários afectos a uma instalação fixa de que um residente de um Estado Contratante dispõe no outro Estado Contratante com o fim de exercer uma profissão independente pode ser tributado nesse outro Estado.

3 — O património constituído por navios e aeronaves utilizados no tráfego internacional, bem como pelos bens mobiliários afectos à sua exploração, só pode ser tributado no Estado Contratante onde está situada a direcção efectiva da empresa.

4 — Todos os outros elementos do património de um residente de um Estado Contratante só podem ser tributados nesse Estado.

CAPÍTULO IV

Eliminação da dupla tributação

Artigo 23.º

Métodos

1 — a) Quando um residente de Portugal obtiver rendimentos que, de acordo com o disposto nesta Convenção, possam ser tributados na Argélia, Portugal deduzirá do imposto sobre os rendimentos desse residente uma importância igual ao imposto sobre o rendimento pago na Argélia. A importância deduzida não poderá, contudo, exceder a fracção do imposto sobre o rendimento, calculado antes da dedução, correspondente aos rendimentos que podem ser tributados na Argélia.

b) Quando, de acordo com o disposto nesta Convenção, o rendimento obtido por um residente de Portugal for isento de imposto neste Estado, Portugal poderá, não obstante, ao calcular o quantitativo do imposto sobre o resto dos rendimentos desse residente, ter em conta o rendimento isento.

2 — Quando um residente da Argélia obtiver rendimentos ou possuir património que, de acordo com o disposto nesta Convenção, possam ser tributados em Portugal, a Argélia deduzirá:

- a) Do imposto sobre os rendimentos desse residente uma importância igual ao imposto sobre o rendimento pago em Portugal;
- b) Do imposto sobre o património desse residente uma importância igual ao imposto sobre o património pago em Portugal.

Em ambos os casos, a importância deduzida não poderá, contudo, exceder a fracção do imposto sobre o rendimento ou do imposto sobre o património, calculado antes da dedução, correspondente, consoante o caso, ao rendimento ou ao património que pode ser tributado em Portugal.

3 — O imposto que tenha sido objecto de uma isenção temporária num dos Estados Contratantes, em virtude da legislação interna desse Estado, é considerado durante um período de sete anos a contar da entrada em vigor desta Convenção como tendo sido pago, devendo ser deduzido no outro Estado Contratante do imposto que teria incidido sobre o referido rendimento de acordo com os limites estabelecidos nesta Convenção e em conformidade com o previsto na primeira alínea do n.º 1 e na última parte do n.º 2, consoante o caso.

CAPÍTULO V

Disposições especiais

Artigo 24.º

Não discriminação

1 — Os nacionais de um Estado Contratante não ficarão sujeitos no outro Estado Contratante a nenhuma tributação ou obrigação com ela conexa diferente ou mais gravosa do que aquelas a que estejam ou possam estar sujeitos os nacionais desse outro Estado que se encontrem na mesma situação. Não obstante o estabelecido no artigo 1.º, esta disposição aplicar-se-á também às pessoas que não são residentes de um ou de ambos os Estados Contratantes.

2 — A tributação de um estabelecimento estável que uma empresa de um Estado Contratante tenha no outro Estado Contratante não será nesse outro Estado menos favorável do que a das empresas desse outro Estado que exerçam a mesma actividade. Esta disposição não poderá ser interpretada no sentido de obrigar um Estado Contratante a conceder aos residentes do outro Estado Contratante as deduções pessoais, abatimentos e reduções para efeitos fiscais atribuídos em função do estado civil ou encargos familiares concedidos aos seus próprios residentes.

3 — Salvo se for aplicável o disposto no n.º 1 do artigo 9.º, no n.º 6 do artigo 11.º ou no n.º 6 do artigo 12.º, os juros, *redevances* e outras importâncias pagas por uma empresa de um Estado Contratante a um residente do outro Estado Contratante serão dedutíveis, para efeitos da determinação do lucro tributável de tal empresa, como se tivessem sido pagos a um residente do Estado primeiramente mencionado. De igual modo, quaisquer dívidas de uma empresa de um Estado Contratante a um residente do outro Estado Contratante serão dedutíveis, para o efeito de determinar o capital tributável dessa empresa, nas mesmas condições como se tivessem sido contraídas relativamente a um residente do primeiro Estado.

4 — As empresas de um Estado Contratante cujo capital, total ou parcialmente, directa ou indirectamente, seja possuído ou controlado por um ou mais residentes do outro Estado Contratante não ficarão sujeitas, no Estado primeiramente mencionado, a nenhuma tributação ou obrigação com ela conexa diferente ou mais gravosa do que aquelas a que estejam ou possam estar sujeitas as empresas similares desse primeiro Estado.

5 — Não obstante o disposto no artigo 2.º, as disposições do presente artigo aplicar-se-ão aos impostos de qualquer natureza ou denominação.

Artigo 25.º

Procedimento amigável

1 — Quando uma pessoa considerar que as medidas tomadas por um ou por ambos os Estados Contratantes conduzem ou poderão conduzir, em relação a si, a uma tributação não conforme com o disposto nesta Convenção, poderá, independentemente dos recursos estabelecidos pela legislação nacional desses Estados, submeter o seu caso à autoridade competente do Estado Contratante de que é residente ou, se o seu caso está compreendido no n.º 1 do artigo 24.º, à do Estado Contratante de que é nacional. O caso deverá ser apresentado dentro de três anos a contar da data da primeira notificação da medida

que der causa à tributação não conforme com o disposto na presente Convenção.

2 — Essa autoridade competente, se a reclamação se lhe afigurar fundada e não estiver em condições de lhe dar uma solução satisfatória, esforçar-se-á por resolver a questão através de acordo amigável com a autoridade competente do outro Estado Contratante, a fim de evitar a tributação não conforme com o disposto na presente Convenção.

3 — As autoridades competentes dos Estados Contratantes esforçar-se-ão por resolver, através de acordo amigável, as dificuldades ou dúvidas a que possa dar lugar a interpretação ou a aplicação da Convenção.

4 — As autoridades competentes dos Estados Contratantes poderão comunicar directamente entre si, a fim de chegarem a acordo nos termos indicados nos números anteriores. Se se afigurar que tal acordo poderá ser facilitado por trocas de impressões orais, essas trocas de impressões poderão efectuar-se no seio de uma comissão composta por representantes das autoridades competentes dos Estados Contratantes.

Artigo 26.º

Troca de informações

1 — As autoridades competentes dos Estados Contratantes trocarão entre si as informações necessárias para aplicar as disposições desta Convenção ou as das leis internas dos Estados Contratantes relativas aos impostos abrangidos por esta Convenção, na medida em que a tributação nelas prevista não seja contrária a esta Convenção. A troca de informações não é restringida pelo disposto no artigo 1.º As informações obtidas por um Estado Contratante serão consideradas secretas, do mesmo modo que as informações obtidas com base na legislação interna desse Estado, e só poderão ser comunicadas às pessoas ou autoridades (incluindo tribunais e autoridades administrativas) encarregadas do lançamento, cobrança ou execução dos impostos abrangidos por esta Convenção, do exercício da acção criminal ou de decisão de recursos relativos a estes impostos. Essas pessoas ou autoridades utilizarão as informações assim obtidas apenas para os fins referidos. Essas informações poderão ser utilizadas no caso de audiências públicas de tribunais ou de sentença judicial.

2 — O disposto no n.º 1 nunca poderá ser interpretado no sentido de impor a um Estado Contratante a obrigação:

- a) De tomar medidas administrativas contrárias à sua legislação ou à sua prática administrativa ou às do outro Estado Contratante;
- b) De fornecer informações que não possam ser obtidas com base na sua legislação ou no âmbito da sua prática administrativa normal ou das do outro Estado Contratante;
- c) De transmitir informações reveladoras de segredos ou processos comerciais, industriais ou profissionais ou informações cuja comunicação seja contrária à ordem pública.

Artigo 27.º

Assistência à cobrança

1 — Os Estados Contratantes acordam em prestar reciprocamente assistência e apoio, em conformidade

com as regras das legislações ou regulamentações respectivas, com vista à cobrança dos impostos visados pela presente Convenção, quando essas importâncias sejam devidas a título definitivo por força da aplicação das leis ou regulamentos do Estado requerente.

2 — As autoridades competentes de ambos os Estados Contratantes acordarão, se as referidas autoridades o considerarem oportuno, a forma de estabelecer as modalidades de aplicação do presente artigo.

Artigo 28.º

Agentes diplomáticos e funcionários consulares

O disposto na presente Convenção não prejudicará os privilégios fiscais de que beneficiem os agentes diplomáticos ou os funcionários consulares em virtude de regras gerais de direito internacional ou disposições de acordos especiais.

Artigo 29.º

Disposições diversas

As disposições da presente Convenção não podem ser interpretadas como limitando de algum modo as isenções, abatimentos, deduções, créditos ou outros desagrvamentos que sejam ou venham a ser concedidos:

- a) Pela legislação de um Estado Contratante para fins da determinação do imposto cobrado por esse Estado; ou
- b) Por qualquer outro acordo específico celebrado por um Estado Contratante.

CAPÍTULO VI

Disposições finais

Artigo 30.º

Entrada em vigor

1 — Cada um dos Estados Contratantes notificará o outro por escrito e pela via diplomática de que foram cumpridos os seus requisitos de direito interno necessários à entrada em vigor da presente Convenção.

2 — A presente Convenção entrará em vigor no 1.º dia do 2.º mês seguinte à data da recepção da segunda das notificações referidas no n.º 1 e as suas disposições aplicar-se-ão pela primeira vez:

- a) Aos impostos devidos na fonte cujo facto gerador surja após 31 de Dezembro do ano da troca dos instrumentos de ratificação;
- b) Aos demais impostos, relativamente aos períodos fiscais com início após 31 de Dezembro do ano da troca dos instrumentos de ratificação.

Artigo 31.º

Denúncia

A presente Convenção permanecerá em vigor enquanto não for denunciada por um Estado Contratante. Qualquer Estado Contratante pode denunciar a Convenção por via diplomática, mediante um aviso prévio de seis meses antes do fim de qualquer ano civil

a contar do 5.º ano subsequente ao da sua entrada em vigor. Nesse caso, a Convenção deixará de se aplicar:

- a) Aos impostos devidos na fonte cujo facto gerador surja após 31 de Dezembro do ano da denúncia;
- b) Aos demais impostos, relativamente aos períodos fiscais com início após 31 de Dezembro do ano da denúncia.

Em testemunho do qual, os abaixo assinados, devidamente autorizados para o efeito, assinaram a presente Convenção.

Feito em Argel, aos 2 dias do mês de Dezembro de 2003, em dois exemplares originais, nas línguas portuguesa, árabe e francesa, sendo os três textos igualmente válidos. Em caso de divergência de interpretação, prevalecerá a versão em língua francesa.

Pela República Portuguesa:

Manuela Franco.

Pelo Governo da República Argelina Democrática e Popular:

Abdelkader Messahel.

PROTOCOLO

No momento de proceder à assinatura da Convenção para evitar a dupla tributação, prevenir a evasão fiscal e estabelecer regras de assistência mútua em matéria de cobrança de impostos sobre o rendimento e sobre o património, celebrada na presente data entre a República Portuguesa e o Governo da República Argelina Democrática e Popular, os abaixo assinados acordaram nas seguintes disposições complementares, que fazem parte integrante da Convenção:

Ad Artigo 2.º

Se Portugal introduzir um imposto equiparável ao imposto argelino sobre o património, a autoridade competente portuguesa informará, por via diplomática, a autoridade competente argelina a fim de se consultarem com vista a chegarem a acordo sobre a questão de saber se a Convenção deverá ser alargada ou não a esse imposto.

Ad Artigo 5.º

Os armazéns de venda consideram-se abrangidos pela noção de estabelecimento estável.

Ad Artigo 6.º

As disposições do artigo 6.º aplicam-se igualmente aos rendimentos derivados dos bens mobiliários que, de acordo com a legislação fiscal do Estado Contratante em que tais bens estiverem situados, sejam assimilados aos rendimentos derivados dos bens imobiliários.

Ad Artigo 7.º

No que se refere ao n.º 3, há que considerar que não é aceite qualquer dedução relativamente às importâncias que, se fosse caso disso, seriam pagas (a qualquer

título que não seja o reembolso de despesas suportadas) pelo estabelecimento estável à sede central da empresa ou a qualquer dos seus escritórios, como *redevances*, honorários ou outros pagamentos similares, pela utilização de licenças ou de outros direitos, ou como comissão por determinadas prestações de serviços ou por uma actividade de direcção ou, salvo no caso de uma empresa bancária, como juros respeitantes a quantias cedidas a título de empréstimo ao estabelecimento estável. De igual modo, no cálculo dos lucros de um estabelecimento estável, não são tidas em consideração as importâncias (que não sejam as respeitantes ao reembolso de despesas suportadas) que o estabelecimento estável debita à sede central da empresa ou a um qualquer dos seus escritórios, como *redevances*, honorários ou outros pagamentos similares pela utilização de licenças ou de outros direitos, ou como comissão por determinadas prestações de serviços ou por uma actividade de direcção ou, salvo no caso de uma empresa bancária, como juros respeitantes a quantias cedidas a título de empréstimo à sede central da empresa ou a um qualquer dos seus outros escritórios.

Ad Artigo 10.º

O termo «dividendos» inclui também os lucros atribuídos ou pagos em virtude de um contrato de participação nos lucros (associação em participação).

Ad Artigo 25.º

No que se refere ao n.º 3 do artigo 25.º, entende-se que ambas as Partes poderão chegar a acordo no sentido de eliminar a dupla tributação nos casos não previstos na Convenção, e isto no âmbito dos procedimentos estabelecidos nesta matéria.

Em testemunho do qual, os signatários, devidamente autorizados para o efeito, assinaram o presente Protocolo.

Feito em Argel, aos 2 dias do mês de Dezembro de 2003, em dois exemplares originais, nas línguas portuguesa, árabe e francesa, sendo as três versões igualmente válidas. Em caso de divergência de interpretação, o texto francês constituirá o texto de referência.

Pela República Portuguesa:

Manuela Franco.

Pelo Governo da República Argelina Democrática e Popular:

Abdelkader Messahel.

CONVENTION ENTRE LA RÉPUBLIQUE PORTUGAISE ET LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE ALGÉRIENNE DÉMOCRATIQUE ET POPULAIRE EN VUE D'ÉVITER LES DOUBLES IMPOSITIONS, DE PRÉVENIR L'ÉVASION FISCALE ET D'ÉTABLIR DES RÈGLES D'ASSISTANCE RÉCIPROQUE EN MATIÈRE DE RECOUVREMENT D'IMPÔTS SUR LE REVENU ET SUR LA FORTUNE.

La République Portugaise et le Gouvernement de la République Algérienne Démocratique et Populaire, désireux de conclure une convention, en vue d'éviter les doubles impositions, de prévenir l'évasion fiscale et d'établir des règles d'assistance réciproque en matière de recouvrement d'impôts sur le revenu et sur la fortune, sont convenus des dispositions suivantes:

CHAPITRE I

Champ d'application de la Convention

Article 1

Personnes visées

La présente Convention s'applique aux personnes qui sont des résidents d'un Etat contractant ou des deux Etats contractants.

Article 2

Impôts visés

1 — La présente Convention s'applique aux impôts sur le revenu et sur la fortune perçus pour le compte d'un Etat contractant, de ses subdivisions politiques ou administratives ou de ses collectivités locales, quel que soit le système de perception.

2 — Sont considérés comme impôts sur le revenu et sur la fortune les impôts perçus sur le revenu total, sur la fortune totale ou sur des éléments du revenu ou de la fortune, y compris les impôts sur les gains provenant de l'aliénation de biens mobiliers ou immobiliers, les impôts sur le montant global des salaires payés par les entreprises, ainsi que les impôts sur les plus-values.

3 — Les impôts actuels auxquels s'applique la Convention sont:

a) En ce qui concerne le Portugal:

- i) L'impôt sur le revenu des personnes physiques (imposto sobre o rendimento das pessoas singulares — IRS);
- ii) L'impôt sur le revenu des personnes juridiques (imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas — IRC);
- iii) L'impôt local sur l'impôt sur le revenu des personnes juridiques (derrama);
- iv) L'impôt foncier pour les municipalités (contribuição autárquica);

(ci-après dénommés «impôt portugais»);

b) En ce qui concerne l'Algérie:

- i) L'impôt sur le revenu global;
- ii) L'impôt sur les bénéfices des sociétés;
- iii) La taxe sur l'activité professionnelle;
- iv) Le versement forfaitaire;
- v) La taxe foncière;
- vi) L'impôt sur le patrimoine;
- vii) La redevance et l'impôt sur les résultats relatifs aux activités de prospection, de recherche, d'exploitation et de transport par canalisation des hydrocarbures;
- viii) L'impôt sur les bénéfices miniers;

(ci-après dénommés «impôt algérien»).

4 — La Convention s'applique aussi aux impôts de nature identique ou analogue qui seraient établis après la date de signature de la Convention et qui s'ajouteraient aux impôts actuels ou qui les remplaceraient. Les autorités compétentes des Etats contractants se communiquent les modifications importantes apportées à leurs législations fiscales respectives.

CHAPITRE II

Définitions

Article 3

Définitions Générales

1 — Au sens de la présente Convention, à moins que le contexte n'exige une interprétation différente:

- a) Les expressions «un Etat contractant» et «l'autre Etat contractant» désignent, suivant le contexte, le Portugal ou l'Algérie;
- b) Le terme «Portugal» désigne le territoire de la République Portugaise situé sur le continent européen et les archipels des Açores et Madère, la mer territoriale, ainsi que les autres zones sur lesquelles, en conformité avec la législation portugaise et le droit international, la République Portugaise exerce sa juridiction ou des droits souverains relatifs à l'exploration et à l'exploitation des ressources naturelles du lit de la mer, du sous-sol marin et des eaux surjacentes;
- c) Le terme «Algérie» désigne la République Algérienne Démocratique et Populaire et, employé dans un sens géographique, il signifie le territoire de la République Algérienne Démocratique et Populaire y compris la mer territoriale et, au-delà de celle-ci, les zones sur lesquelles, en application de la législation nationale et en conformité avec le droit international, la République Algérienne Démocratique et Populaire exerce sa juridiction et des droits souverains aux fins de l'exploration et de l'exploitation des ressources naturelles biologiques et non biologiques des fonds marins, de leur sous-sol et des eaux surjacentes;
- d) Le terme «personne» comprend les personnes physiques, les sociétés et tous autres groupements de personnes;
- e) Le terme «Associé» désigne toute personne morale ou toute entité qui est considérée comme une personne morale aux fins d'imposition;
- f) Les expressions «entreprise d'un Etat contractant» et «entreprise de l'autre Etat contractant» désignent respectivement une entreprise exploitée par un résident d'un Etat contractant et une entreprise exploitée par un résident de l'autre Etat contractant;
- g) L'expression «trafic international» désigne tout transport effectué par un navire ou un aéronef exploité par une entreprise dont le siège de direction effective est situé dans un Etat contractant, sauf lorsque le navire ou l'aéronef n'est exploité qu'entre des points situés dans l'autre Etat contractant;
- h) Le terme «nationaux» désigne:
 - i) Toutes les personnes physiques qui possèdent la nationalité d'un Etat contractant;
 - ii) Toutes les personnes morales, sociétés de personnes, associations ou entités constituées conformément à la législation en vigueur dans un Etat contractant;
- i) L'expression «autorité compétente» désigne:
 - i) En ce qui concerne le Portugal, le Ministre des Finances, le directeur général des Impôts ou leurs représentants autorisés;

- ii) En ce qui concerne l'Algérie, le Ministre chargé des finances ou son représentant autorisé.

2 — Pour l'application de la Convention par un Etat contractant, toute expression qui n'est pas définie a le sens que lui attribue le droit de cet Etat concernant les impôts auxquels s'applique la Convention, à moins que le contexte n'exige une interprétation différente.

Article 4

Résident

1 — Au sens de la présente Convention, l'expression «résident d'un Etat contractant» désigne toute personne qui, en vertu de la législation de cet Etat, est assujettie à l'impôt dans cet Etat, en raison de son domicile, de sa résidence, de son siège de direction ou de tout autre critère de nature analogue.

Toutefois, cette expression ne comprend pas les personnes qui ne sont assujetties à l'impôt dans cet Etat que pour les revenus de sources situées dans cet Etat ou pour la fortune qui s'y trouve.

2 — Lorsque, selon les dispositions du paragraphe 1, une personne physique est un résident des deux Etats contractants, sa situation est réglée de la manière suivante:

- a) Cette personne est considérée comme un résident de l'Etat où elle dispose d'un foyer d'habitation permanent; si elle dispose d'un foyer d'habitation permanent dans les deux Etats contractants, elle est considérée comme un résident de l'Etat avec lequel ses liens personnels et économiques sont les plus étroits (centre des intérêts vitaux);
- b) Si l'Etat où cette personne a le centre de ses intérêts vitaux ne peut pas être déterminé ou si elle ne dispose d'un foyer d'habitation permanent dans aucun des deux Etats contractants, elle est considérée comme un résident de l'Etat où elle séjourne de façon habituelle;
- c) Si cette personne séjourne de façon habituelle dans les deux Etats contractants ou si elle ne séjourne de façon habituelle dans aucun d'eux, elle est considérée comme un résident de l'Etat dont elle possède la nationalité;
- d) Si cette personne possède la nationalité des deux Etats contractants ou si elle ne possède la nationalité d'aucun d'eux, les autorités compétentes des Etats contractants tranchent la question d'un commun accord.

3 — Lorsque, selon les dispositions du paragraphe 1 ci-dessus, une personne autre qu'une personne physique est un résident des deux Etats contractants, elle est considérée comme un résident de l'Etat où son siège de direction effective est situé.

Article 5

Etablissement stable

1 — Au sens de la présente Convention, l'expression «établissement stable» désigne une installation fixe d'affaires

par l'intermédiaire de laquelle une entreprise exerce tout ou partie de son activité.

2 — L'expression «établissement stable» comprend notamment:

- a) Un siège de direction;
- b) Une succursale;
- c) Un bureau;
- d) Une usine;
- e) Un atelier; et
- f) Une mine, un puits de pétrole ou de gaz, une carrière ou tout autre lieu d'extraction de ressources naturelles.

3 — Un chantier de construction ou de montage ne constitue un établissement stable que si sa durée dépasse six mois.

4 — Nonobstant les dispositions précédentes du présent article, on considère qu'il n'y a pas «établissement stable» si:

- a) Il est fait usage d'installations aux seules fins de stockage, d'exposition ou de livraison de marchandises appartenant à l'entreprise;
- b) Des marchandises appartenant à l'entreprise sont entreposées aux seules fins de stockage, d'exposition ou de livraison;
- c) Des marchandises appartenant à l'entreprise sont entreposées aux seules fins de transformation par une autre entreprise;
- d) Une installation fixe d'affaires est utilisée aux seules fins d'acheter des marchandises ou de réunir des informations, pour l'entreprise;
- e) Une installation fixe d'affaires est utilisée aux seules fins d'exercer, pour l'entreprise, toute autre activité de caractère préparatoire ou auxiliaire;
- f) Une installation fixe d'affaires est utilisée aux seules fins de l'exercice cumulé d'activités mentionnées aux alinéas a) à e) ci-dessus, à condition que l'activité d'ensemble de (l'installation fixe d'affaires résultant de ce cumul garde un caractère préparatoire ou auxiliaire.

5 — Nonobstant les dispositions des paragraphes 1 et 2 ci-dessus, lorsqu'une personne — autre qu'un agent jouissant d'un statut indépendant auquel s'applique le paragraphe 6 — agit pour le compte d'une entreprise et dispose dans un Etat contractant de pouvoirs qu'elle y exerce habituellement lui permettant de conclure des contrats au nom de l'entreprise, cette entreprise est considérée comme ayant un établissement stable dans cet Etat pour toutes les activités que cette personne exerce pour l'entreprise, à moins que les activités de cette personne ne soient limitées à celles qui sont mentionnées au paragraphe 4 et qui, si elles étaient exercées par l'intermédiaire d'une installation fixe d'affaires, ne permettraient pas de considérer cette installation comme un établissement stable selon les dispositions de ce paragraphe.

6 — Une entreprise n'est pas considérée comme ayant un établissement stable dans un Etat contractant du seul fait qu'elle y exerce son activité par l'entremise d'un courtier, d'un commissionnaire général ou de tout autre agent jouissant d'un statut indépendant, à condition que ces personnes agissent dans le cadre ordinaire de leur activité.

7 — Le fait qu'une société qui est un résident d'un Etat contractant contrôle ou est contrôlée par une société qui est un résident de l'autre Etat contractant ou qui y exerce son activité (que se soit par l'intermédiaire d'un établissement stable ou non) ne suffit pas, en lui-même, à faire de l'une quelconque de ces sociétés un établissement stable de l'autre.

CHAPITRE III

Imposition des revenus

Article 6

Revenus immobiliers

1 — Les revenus qu'un résident d'un Etat contractant tire de biens immobiliers (y compris les revenus des exploitations agricoles ou forestières) situées dans l'autre Etat contractant, sont imposables dans cet autre Etat.

2 — L'expression «biens immobiliers» a le sens que lui attribue le droit de l'Etat contractant où les biens considérés sont situés. L'expression comprend en tous cas les accessoires, le cheptel mort ou vif des exploitations agricoles et forestières, les droits auxquels s'appliquent les dispositions du droit privé concernant la propriété foncière, l'usufruit des biens immobiliers et les droits à des paiements variables ou fixes pour l'exploitation ou la concession de l'exploitation de gisements minéraux, sources et autres ressources naturelles; les navires et aéronefs ne sont pas considérés comme des biens immobiliers.

3 — Les dispositions du paragraphe 1 ci-dessus s'appliquent aux revenus provenant de l'exploitation directe, de la location ou de l'affermage, ainsi que de toute autre forme d'exploitation de biens immobiliers.

4 — Les dispositions des paragraphes 1 et 3 s'appliquent également aux revenus provenant des biens immobiliers d'une entreprise ainsi qu'aux revenus des biens immobiliers servant à l'exercice d'une profession indépendante.

Article 7

Bénéfices des entreprises

1 — Les bénéfices d'une entreprise d'un Etat contractant ne sont imposables que dans cet Etat, à moins que l'entreprise n'exerce son activité dans l'autre Etat contractant par l'intermédiaire d'un établissement stable qui y est situé.

Si l'entreprise exerce son activité d'une telle façon, les bénéfices de l'entreprise sont imposables dans l'autre Etat mais uniquement dans la mesure où ils sont imposables à cet établissement stable.

2 — Sous réserve des dispositions du paragraphe 3 ci-dessous, lorsqu'une entreprise d'un Etat contractant exerce son activité dans l'autre Etat contractant par l'intermédiaire d'un établissement stable qui y est situé, il est imputé, dans chaque Etat contractant, à cet établissement stable les bénéfices qu'il aurait pu réaliser s'il avait constitué une entreprise distincte exerçant des activités identiques ou analogues dans des conditions identiques ou analogues et traitant en toute indépendance avec l'entreprise dont il constitue un établissement stable.

3 — Pour déterminer les bénéfices d'un établissement stable, sont admises en déduction les dépenses exposées

aux fins poursuivies par cet établissement stable, y compris les dépenses de direction et les frais généraux d'administration ainsi exposés, soit dans l'Etat où est situé cet établissement stable, soit ailleurs.

4 — Aucun bénéfice n'est imputé à un établissement stable du fait qu'il a simplement acheté des marchandises pour l'entreprise.

5 — Aux fins des paragraphes précédents, les bénéfices à imputer à l'établissement stable sont déterminés chaque année selon la même méthode, à moins qu'il n'existe des motifs valables et suffisants de procéder autrement.

6 — Lorsque les bénéfices comprennent des éléments de revenu traités séparément dans d'autres articles de la présente Convention, les dispositions de ces articles ne sont pas affectées par les dispositions du présent article.

Article 8

Navigation maritime et aérienne

1 — Les bénéfices provenant de l'exploitation, en trafic international, de navires ou d'aéronefs ne sont imposables que dans l'Etat contractant où le siège de direction effective de l'entreprise est situé.

2 — Si le siège de direction effective d'une entreprise de navigation maritime est à bord d'un navire, ce siège est considéré comme situé dans l'Etat contractant où se trouve le port d'attache de ce navire, ou à défaut de port d'attache, dans l'Etat contractant dont l'exploitant du navire est un résident.

3 — Les dispositions du paragraphe 1 ci-dessus s'appliquent aussi aux bénéfices provenant de la participation à un pool, une exploitation en commun ou un organisme international d'exploitation.

Article 9

Entreprises associées

1 — Lorsque:

- a) Une entreprise d'un Etat contractant participe directement ou indirectement à la direction, au contrôle ou au capital d'une entreprise de l'autre Etat Contractant; ou que
- b) Les mêmes personnes participent directement ou indirectement, à la direction, au contrôle ou au capital d'une entreprise d'un Etat contractant et d'une entreprise de l'autre Etat contractant;

et que, dans l'un et l'autre cas, les deux entreprises sont, dans leurs relations commerciales ou financières, liées par des conditions convenues ou imposées, qui diffèrent de celles qui seraient convenues entre des entreprises indépendantes, les bénéfices qui, sans ces conditions, auraient été réalisés par l'une des entreprises mais n'ont pu l'être en fait à cause de ces conditions, peuvent être inclus dans les bénéfices de cette entreprise et imposés en conséquence.

2 — Lorsqu'un Etat contractant inclut dans les bénéfices d'une entreprise de cet Etat — et imposé en conséquence — des bénéfices sur lesquels une entreprise de l'autre Etat contractant a été imposée dans cet autre Etat, et que les bénéfices ainsi inclus sont des bénéfices qui auraient été réalisés par l'entreprise du premier Etat

si les conditions convenues entre les deux entreprises avaient été celles qui auraient été convenues entre des entreprises indépendantes, l'autre Etat procède à un ajustement approprié du montant de l'impôt qui y a été perçu sur ces bénéfices s'il estime que cet ajustement est justifié.

Pour déterminer cet ajustement, il est tenu compte des autres dispositions de la présente Convention et, si nécessaire, les autorités compétentes de deux Etats contractants se consultent.

Article 10

Dividendes

1 — Les dividendes payés par une société qui est un résident d'un Etat contractant à un résident de l'autre Etat contractant sont imposables dans cet autre Etat.

2 — Toutefois, ces dividendes sont aussi imposables dans l'Etat contractant dont la société qui paie les dividendes est un résident, et selon la législation de cet Etat, mais si la personne qui reçoit les dividendes en est le bénéficiaire effectif, l'impôt ainsi établi ne peut excéder:

- a) 15 % du montant brut des dividendes;
- b) Nonobstant l'alinéa a) ci-dessus, 10 % du montant brut des dividendes, si le bénéficiaire effectif est une société qui, pour une période consécutive de deux années antérieure au paiement des dividendes détient directement 25 % au moins du capital social de la société qui paie les dividendes.

Le présent paragraphe n'affecte pas l'imposition de la société au titre des bénéfices qui servent au paiement des dividendes.

3 — Le terme «dividendes» employé dans le présent article désigne les revenus provenant d'actions, actions de bon de jouissance, parts de mine, parts de fondateur ou autres parts bénéficiaires à l'exception des créances, ainsi que les revenus d'autres parts sociales soumis au même régime fiscal que les revenus d'actions par la législation de l'Etat dont la société distributrice est un résident.

4 — Les dispositions des paragraphes 1 et 2 ci-dessus ne s'appliquent pas lorsque le bénéficiaire effectif des dividendes, résident d'un Etat contractant, exerce dans l'autre Etat contractant dont la société qui paie les dividendes est un résident, soit une activité industrielle ou commerciale par l'intermédiaire d'un établissement stable qui y est située, soit une profession indépendante au moyen d'une base fixe qui y est situé, et que la participation génératrice des dividendes s'y rattache effectivement. Dans ce cas, les dispositions de l'article 7 ou de l'article 14, suivant les cas, sont applicables.

5 — Lorsqu'une société qui est un résident d'un Etat contractant tire des bénéfices ou des revenus de l'autre Etat contractant, cet autre Etat ne peut percevoir aucun impôt sur les dividendes payés par la société, sauf dans la mesure où ces dividendes sont payés à un résident de cet autre Etat ou dans la mesure où la participation génératrice des dividendes se rattache effectivement à un établissement stable ou à une base fixe situés dans cet autre Etat, ni prélever aucun impôt, au titre de l'imposition des bénéfices non distribués, sur les bénéfices non distribués de la société, même si les dividendes payés

ou les bénéfices non distribués consistent en tout ou en partie en bénéfices ou revenus provenant de cet autre Etat.

Article 11

Intérêts

1 — Les intérêts provenant d'un Etat contractant et payés à un résident de l'autre Etat contractant sont imposables dans cet autre Etat.

2 — Toutefois, ces intérêts sont aussi imposables dans l'Etat contractant d'où ils proviennent et selon la législation de cet Etat, mais si la personne qui reçoit les intérêts en est le bénéficiaire effectif, l'impôt ainsi établi ne peut excéder 15 % du montant brut des intérêts.

3 — Nonobstant les dispositions du paragraphe 2 ci-dessus, les intérêts provenant d'un des deux Etats contractant sont exonérés d'impôts dans ledit Etat si:

- a) Le débiteur des intérêts est le Gouvernement dudit Etat contractant ou une de ses subdivisions politiques ou administratives ou une de ses collectivités locales; ou
- b) Les intérêts sont payés au Gouvernement de l'autre Etat contractant ou à l'une de ses subdivisions politiques ou administratives ou une de ses collectivités locales ou à des institutions ou organismes (y compris les institutions financières) appartenant entièrement à cet Etat contractant ou à une de ses subdivisions politiques ou administratives ou une de ses collectivités locales; ou
- c) Les intérêts sont payés à d'autres institutions ou organismes (y compris les institutions financières) à raison de financements accordés par eux dans le cadre d'accords conclus entre les Gouvernements des deux Etats contractants.

4 — Le terme «intérêts» employé dans le présent article désigne les revenus des créances de toute nature, assorties ou non de garanties hypothécaires ou d'une clause de participation aux bénéfices du débiteur, et notamment les revenus des fonds publics et des obligations d'emprunts, y compris les primes et lots attachés à ces titres. Les pénalisations pour paiement tardif ne sont pas considérées comme des intérêts au sens du présent article.

5 — Les dispositions des paragraphes 1 et 2 ci-dessus ne s'appliquent pas lorsque le bénéficiaire effectif des intérêts, résident d'un Etat contractant, exerce dans l'autre Etat contractant d'où proviennent les intérêts, soit une activité industrielle ou commerciale par l'intermédiaire d'un établissement stable qui y est situé, soit une profession indépendante au moyen d'une base fixe qui y est située, et que la créance génératrice des intérêts s'y rattache effectivement. Dans ce cas, les dispositions de l'article 7 ou de l'article 14, suivant les cas, sont applicables.

6 — Les intérêts sont considérés comme provenant d'un Etat contractant lorsque le débiteur est cet Etat lui-même, une subdivision politique ou administrative, une collectivité locale ou un résident de cet Etat. Toutefois, lorsque le débiteur des intérêts, qu'il soit ou non un résident d'un Etat contractant, a dans un Etat contractant un établissement stable, ou une base fixe, pour lequel la dette donnant lieu au paiement des intérêts a été contractée et qui supporte la charge, de ces intérêts, ceux-ci sont considérés comme provenant de l'Etat où l'établissement stable, ou la base fixe, est situé.

7 — Lorsque, en raison de relations spéciales existant entre le débiteur et le bénéficiaire effectif ou que l'un et l'autre entretiennent avec de tierces personnes, le montant des intérêts, compte tenu de la créance pour laquelle il sont payés, excède celui dont seraient convenus le débiteur et le bénéficiaire effectif en l'absence de pareilles relations, les dispositions du présent article ne s'appliquent qu'à ce dernier montant. Dans ce cas, la partie excédentaire des paiements reste imposable selon la législation de chaque Etat contractant et compte tenu des autres dispositions de la présente Convention.

Article 12

Redevances

1 — Les redevances provenant d'un Etat contractant et payées à un résident de l'autre Etat contractant sont imposables dans cet autre Etat.

2 — Toutefois, ces redevances sont aussi imposables dans l'Etat contractant d'où elles proviennent et selon la législation de cet Etat, mais si la personne qui reçoit les redevances en est le bénéficiaire effectif, l'impôt ainsi établi ne peut excéder 10% du montant brut des redevances.

3 — Le terme «redevances» employé dans le présent article désigne les rémunérations de toute nature payées pour l'usage ou la concession de l'usage d'un droit d'auteur sur une oeuvre littéraire, artistique ou scientifique, y compris les films cinématographiques ainsi que les films et enregistrements pour transmissions radiophoniques et télévisées, d'un brevet, d'une marque de fabrique ou de commerce, d'un dessin ou d'un modèle, d'un plan, d'une formule ou d'un procédé secret, ainsi que pour l'usage ou la concession de l'usage d'un équipement industriel, commercial ou scientifique et pour des informations ayant trait à une expérience acquise dans le domaine industriel, commercial ou scientifique.

4 — Les dispositions des paragraphes 1 et 2 ci-dessus ne s'appliquent pas, lorsque le bénéficiaire effectif des redevances, résident d'un Etat contractant, exerce dans l'autre Etat contractant d'où proviennent les redevances, soit une activité industrielle ou commerciale par l'intermédiaire d'un établissement stable qui y est situé, soit une profession indépendante au moyen d'une base fixe qui y est située, et que le droit ou le bien générateur des redevances s'y rattache effectivement. Dans ce cas, les dispositions de l'article 7 ou de l'article 14, suivant les cas, sont applicables.

5 — Les redevances sont considérées comme provenant d'un Etat contractant lorsque le débiteur est cet Etat lui-même, une subdivision politique ou administrative, une collectivité locale ou un résident de cet Etat. Toutefois, lorsque le débiteur des redevances, qu'il soit ou non un résident d'un Etat contractant, a dans un Etat contractant un établissement stable, ou une base fixe, pour lequel le contrat donnant lieu au paiement des redevances a été conclu et qui supporte la charge de celles-ci, ces redevances sont réputées provenir de l'Etat contractant où l'établissement stable, ou la base fixe, est situé.

6 — Lorsque, en raison de relations spéciales existant entre le débiteur et le bénéficiaire effectif ou que l'un et l'autre entretiennent avec de tierces personnes, le montant des redevances, compte tenu de la prestation pour laquelle elles sont payées, excède celui dont seraient convenus le débiteur et le bénéficiaire effectif en l'absence de pareilles relations, les dispositions du

présent article ne s'appliquent qu'à ce dernier montant. Dans ce cas, la partie excédentaire des paiements reste imposable selon la législation de chaque Etat contractant et compte tenu des autres dispositions de la présente Convention.

Article 13

Gains en capital

1 — Les gains qu'un résident d'un Etat contractant tire de l'aliénation de biens immobiliers visés à l'article 6 et situés dans l'autre Etat contractant sont imposables dans cet autre Etat.

2 — Les gains provenant de l'aliénation de biens mobiliers qui font partie de l'actif d'un établissement stable qu'une entreprise d'un Etat contractant a dans l'autre Etat contractant, ou de biens mobiliers qui appartiennent à une base fixe dont un résident d'un Etat contractant dispose dans l'autre Etat contractant pour l'exercice d'une profession indépendante, y compris de tels gains provenant de l'aliénation de cet établissement stable (seul ou avec l'ensemble de l'entreprise) ou de cette base fixe, sont imposables dans cet autre Etat.

3 — Les gains provenant de l'aliénation de navires ou aéronefs exploités en trafic international, ou de biens mobiliers affectés à l'exploitation de ces navires ou aéronefs, ne sont imposables que dans l'Etat contractant où le siège de direction effective de l'entreprise est situé.

4 — Les gains provenant de l'aliénation de tous biens autres que ceux visés aux paragraphes 1, 2 et 3 ci-dessus ne sont imposables que dans l'Etat contractant dont le cédant est un résident.

Article 14

Professions indépendantes

1 — Les revenus qu'un résident d'un Etat contractant tire d'une profession libérale ou d'autres activités de caractère indépendant ne sont imposables que dans cet Etat contractant, sauf:

- a) S'il dispose de façon habituelle d'une base fixe dans l'autre Etat contractant pour l'exercice de ces activités. Dans ce cas, seule la fraction du revenu imputable à cette base fixe est imposable dans l'autre Etat contractant; ou
- b) S'il séjourne dans l'autre Etat contractant pendant une période ou des périodes d'une durée totale égale ou supérieure à 183 jours au cours de l'année fiscale considérée. Dans ce cas, seule la fraction du revenu provenant de ces activités exercées dans l'autre Etat contractant est imposable dans l'autre Etat.

2 — L'expression «profession libérale» comprend notamment les activités indépendantes d'ordre scientifique, littéraire, artistique, éducatif ou pédagogique, ainsi que les activités indépendantes des médecins, avocats, ingénieurs, architectes, dentistes et comptables.

Article 15

Professions dépendantes

1 — Sous réserve des dispositions des articles 16, 18 et 19, les salaires, traitements et autres rémunérations similaires qu'un résident d'un Etat contractant reçoit au titre d'un emploi salarié ne sont imposables que dans cet Etat, à moins que l'emploi ne soit exercé dans l'autre

Etat contractant. Si l'emploi y est exercé, les rémunérations reçues à ce titre sont imposables dans cet autre Etat.

2 — Nonobstant les dispositions du paragraphe 1, les rémunérations qu'un résident d'un Etat contractant reçoit au titre d'un emploi salarié exercé dans l'autre Etat contractant ne sont imposables que dans le premier Etat si:

- a) Le bénéficiaire séjourne dans l'autre Etat pendant une période ou des périodes n'excédant pas au total 183 jours durant toute période de douze mois commençant ou se terminant durant l'année fiscale considérée; et
- b) Les rémunérations sont payées par un employeur ou pour le compte d'un employeur qui n'est pas un résident de l'autre Etat; et
- c) La charge des rémunérations n'est pas supportée par un établissement stable ou une base fixe que l'employeur a dans l'autre Etat.

3 — Nonobstant les dispositions précédentes du présent article, les rémunérations reçues au titre d'un emploi salarié exercé à bord d'un navire ou d'un aéronef exploité en trafic international sont imposables dans l'Etat contractant où le siège de direction effective de l'entreprise est situé.

Article 16

Tantièmes

Les tantièmes, jetons de présence et autres rémunérations similaires qu'un résident d'un Etat contractant reçoit en sa qualité de membre du conseil d'administration ou de surveillance d'une société qui est un résident de l'autre Etat contractant sont imposables dans cet autre Etat.

Article 17

Artistes et sportifs

1 — Nonobstant les dispositions des articles 14 et 15, les revenus qu'un résident d'un Etat contractant tire de ses activités personnelles exercées dans l'autre Etat contractant en tant qu'artiste du spectacle, tel qu'un artiste de théâtre, de cinéma, de la radio ou de la télévision, ou musicien, ou en tant que sportif, sont imposables dans cet autre Etat.

2 — Lorsque les revenus d'activités qu'un artiste du spectacle ou un sportif exerce personnellement et en cette qualité sont attribués non pas à l'artiste ou au sportif lui-même mais à une autre personne, ces revenus sont imposables, nonobstant les dispositions des articles 7, 14 et 15, dans l'Etat contractant où les activités de l'artiste ou du sportif sont exercées.

3 — Les dispositions des paragraphes 1 et 2 ci-dessus ne s'appliquent pas aux revenus provenant d'activités personnelles d'artistes du spectacle exercées dans un Etat contractant et qui sont financées en totalité ou pour une large part au moyen de fonds publics de l'autre Etat contractant ou de l'une de ses subdivisions politiques ou administratives ou collectivités locales. Dans ce cas, les revenus tirés de ces activités ne sont imposables que dans cet autre Etat contractant.

Article 18

Pensions

Sous réserve des dispositions du paragraphe 2 de l'article 19, les pensions et autres rémunérations similaires, payées à un résident d'un Etat contractant au titre d'un emploi antérieur, ne sont imposables que dans cet Etat.

Article 19

Fonctions publiques

1 — a) Les rémunérations, autres que les pensions, payées par un Etat contractant ou l'une de ses subdivisions politiques ou administratives ou collectivités locales à une personne physique, au titre de services rendus à cet Etat ou à cette subdivision ou collectivité, ne sont imposables que dans cet Etat.

b) Toutefois, ces rémunérations ne sont imposables que dans l'autre Etat contractant si les services sont rendus dans cet Etat et si la personne physique est un résident de cet Etat qui:

- i) Possède la nationalité de cet Etat; ou
- ii) N'est pas devenu un résident de cet Etat à seule fin de rendre les services.

2 — a) Les pensions payées par un Etat contractant ou l'une de ses subdivisions politiques ou administratives ou collectivités locales, soit directement soit par prélèvement sur des fonds qu'ils ont constitués, à une personne physique, au titre de services rendus à cet Etat ou à cette subdivision ou collectivité, ne sont imposables que dans cet Etat.

b) Toutefois, ces pensions ne sont imposables que dans l'autre Etat contractant si la personne physique est un résident de cet Etat et en possède la nationalité.

3 — Les dispositions des articles 15, 16 et 18 s'appliquent aux rémunérations et pensions payées au titre de services rendus dans le cadre d'une activité industrielle ou commerciale exercée par un Etat contractant ou l'une de ses subdivisions politiques ou administratives ou collectivités locales.

Article 20

Etudiants

Les sommes, qu'un étudiant ou un stagiaire qui est ou qui était immédiatement avant de se rendre dans un Etat contractant, un résident de l'autre Etat contractant et qui séjourne dans le premier Etat à seule fin d'y poursuivre ses études ou sa formation, reçoit pour couvrir ses frais d'entretien, d'études ou de formation, ne sont pas imposables dans cet Etat, à condition qu'elles proviennent de sources situées en dehors de cet Etat.

Article 21

Autres revenus

1 — Les éléments du revenu d'un résident d'un Etat contractant, d'où qu'ils proviennent, qui ne sont pas traités dans les articles précédents de la présente Convention ne sont imposables que dans cet Etat.

2 — Les dispositions du paragraphe 1 ci-dessus ne s'appliquent pas aux revenus autres que les revenus provenant de biens immobiliers tels qu'ils sont définis au paragraphe 2 de l'article 6, lorsque le bénéficiaire de

tels revenus, résident d'un Etat contractant, exerce dans l'autre Etat contractant, soit une activité industrielle ou commerciale par l'intermédiaire d'un établissement stable qui y est situé, soit une profession indépendante au moyen d'une base fixe qui y est située et que le droit ou le bien générateur des revenus s'y rattache effectivement. Dans ce cas, les dispositions de l'article 7 ou de l'article 14, suivant les cas, sont applicables.

Article 22

Fortune

1 — La fortune constituée par des biens immobiliers visés à l'article 6, que possède un résident d'un Etat contractant et qui sont situés dans l'autre Etat contractant, est imposable dans cet autre Etat.

2 — La fortune constituée par des biens mobiliers qui font partie de l'actif d'un établissement stable qu'une entreprise d'un Etat contractant a dans l'autre Etat contractant, ou par des biens mobiliers qui appartiennent à une base fixe dont un résident d'un Etat contractant dispose dans l'autre Etat contractant pour l'exercice d'une profession indépendante, est imposable dans cet autre Etat.

3 — La fortune constituée par des navires et des aéronefs exploités en trafic international ainsi que par des biens mobiliers affectés à l'exploitation de ces navires ou aéronefs, n'est imposable que dans l'Etat contractant où le siège de direction effective de l'entreprise est situé.

4 — Tous les autres éléments de la fortune d'un résident d'un Etat contractant ne sont imposables que dans cet Etat.

CHAPITRE IV

Elimination de la double imposition

Article 23

Méthodes

1 — a) Lorsqu'un résident du Portugal reçoit des revenus qui, conformément aux dispositions de la présente Convention, sont imposables en Algérie, le Portugal accorde sur l'impôt qu'il perçoit sur les revenus de ce résident une déduction d'un montant égal à l'impôt sur le revenu payé en Algérie. Cette déduction ne peut toutefois excéder la fraction de l'impôt sur le revenu, calculé avant déduction, correspondant aux revenus imposables en Algérie.

b) Lorsque, conformément aux dispositions de la présente Convention, le revenu reçu par un résident du Portugal y est exempté d'impôt, rien n'empêche le Portugal de tenir compte des revenus exemptés, pour calculer le montant de l'impôt sur le reste des revenus de ce résident.

2 — Lorsqu'un résident d'Algérie reçoit des revenus ou possède de la fortune qui conformément aux dispositions de la présente Convention sont imposables au Portugal, l'Algérie déduit:

- a) De l'impôt qu'il perçoit sur les revenus du résident, un montant égal à l'impôt sur le revenu payé au Portugal;
- b) De l'impôt qu'il perçoit sur la fortune de ce résident, un montant égal à l'impôt sur la fortune payé au Portugal.

Toutefois, la somme déduite dans l'un ou l'autre cas ne peut excéder la fraction de l'impôt sur le revenu ou de l'impôt sur la fortune, calculé avant la déduction, correspondant selon le cas aux revenus ou à la fortune, imposables au Portugal.

3 — L'impôt qui a fait l'objet d'une exonération temporaire dans l'un des deux Etats contractants, en vertu de la législation interne dudit Etat, est considéré pendant une période de sept ans à partir de l'entrée en vigueur de la présente Convention comme s'il avait été acquitté et il doit être déduit dans l'autre Etat contractant de l'impôt qui aurait frappé lesdits revenus selon les limites de la présente Convention et ce, suivant les conditions prévues au premier alinéa du paragraphe 1 et à la dernière partie du paragraphe 2, selon le cas.

CHAPITRE V

Disposition spéciales

Article 24

Non-discrimination

1 — Les nationaux d'un Etat contractant ne sont soumis dans l'autre Etat contractant à aucune imposition ou obligation y relative, qui est autre ou plus lourde que celles auxquelles sont ou pourront être assujettis les nationaux de cet Etat qui se trouvent dans la même situation. La présente disposition s'applique aussi, nonobstant les dispositions de l'article 1, aux personnes qui ne sont pas des résidents d'un Etat contractant ou des deux Etats contractants.

2 — L'imposition d'un établissement stable qu'une entreprise d'un Etat contractant a dans l'autre Etat contractant n'est pas établie dans cet autre Etat d'une façon moins favorable que l'imposition des entreprises de cet autre Etat qui exercent la même activité. La présente disposition ne peut être interprétée comme obligeant un Etat contractant à accorder aux résidents de l'autre Etat contractant les déductions personnelles, abattements et réductions d'impôt en fonction de la situation ou des charges de familles qu'il accorde à ses propres résidents.

3 — A moins que les dispositions du paragraphe 1 de l'article 9, du paragraphe 6 de l'article 11 ou du paragraphe 6 de l'article 12 ne soient applicables, les intérêts, redevances et autres dépenses payés par une entreprise d'un Etat contractant à un résident de l'autre Etat contractant sont déductibles, pour la détermination des bénéfices imposables de cette entreprise, dans les mêmes conditions que s'ils avaient été payés à un résident du premier Etat. De même, les dettes d'une entreprise d'un Etat contractant envers un résident de l'autre Etat contractant sont déductibles, pour la détermination de la fortune imposable de cette entreprise dans les mêmes conditions que si elles avaient été contractées envers un résident du premier Etat.

4 — Les entreprises d'un Etat contractant, dont le capital est en totalité ou en partie, directement ou indirectement, détenu ou contrôlé par un ou plusieurs résidents de l'autre Etat contractant, ne sont soumises dans le premier Etat à aucune imposition ou obligation y relative, qui est autre ou plus lourde que celle auxquelles sont ou pourront être assujetties les autres entreprises similaires du premier Etat.

5 — Les dispositions du présent article s'appliquent, nonobstant les dispositions de l'article 2, aux impôts de toute nature ou dénomination.

Article 25

Procédure amiable

1 — Lorsqu'une personne estime que les mesures prises par un Etat contractant ou par les deux Etats contractants entraînent ou entraîneront pour elle une imposition non conforme aux dispositions de la présente Convention, elle peut, indépendamment des recours prévus par le droit interne de ces Etats, soumettre son cas à l'autorité compétente de l'Etat contractant dont elle est un résident ou, si son cas relève du paragraphe 1 de l'article 24, à celle de l'Etat contractant dont elle possède la nationalité. Le cas doit être soumis dans les trois ans qui suivent la première notification de la mesure qui entraîne une imposition non conforme aux dispositions de la Convention.

2 — L'autorité compétente s'efforce, si la réclamation lui paraît fondée et si elle n'est pas elle-même en mesure d'y apporter une solution satisfaisante, de résoudre le cas par voie d'accord amiable avec l'autorité compétente de l'autre Etat contractant, en vue d'éviter une imposition non conforme à la Convention.

3 — Les autorités compétentes des Etats contractants s'efforcent, par voie d'accord amiable, de résoudre les difficultés ou de dissiper les doutes auxquels peuvent donner lieu l'interprétation ou l'application de la Convention.

4 — Les autorités compétentes des Etats contractants peuvent communiquer directement entre elles en vue de parvenir à un accord comme il est indiqué aux paragraphes précédents. Si des échanges de vues oraux semblent devoir faciliter cet accord, ces échanges de vues peuvent avoir lieu au sein d'une Commission composée de représentants des autorités compétentes des deux Etats contractants.

Article 26

Échange de renseignements

1 — Les autorités compétentes des deux Etats contractants échangent les renseignements nécessaires pour appliquer les dispositions de la présente Convention ou celle de la législation interne des deux Etats contractants relatives aux impôts visés par la Convention dans la mesure où l'imposition qu'elle prévoit n'est pas contraire à la Convention. L'échange de renseignement n'est pas restreint par l'article 1. Les renseignements reçus par un Etat contractant sont tenus secrets de la même manière que les renseignements obtenus en application de la législation interne de cet Etat et ne sont communiqués qu'aux personnes ou autorités (y compris les tribunaux et organes administratifs) concernées par l'établissement ou le recouvrement des impôts visés par la Convention, par les procédures ou poursuites concernant ces impôts, ou par les décisions sur les recours relatifs à ces impôts. Ces personnes ou autorités n'utilisent ces renseignements qu'à ces fins. Elles peuvent faire état de ces renseignements au cours d'audiences publiques de tribunaux ou dans des jugements.

2 — Les dispositions du paragraphe 1 ne peuvent en aucun cas être interprétées comme imposant à un Etat contractant l'obligation:

- a) De prendre des mesures administratives dérogeant à sa législation et à sa pratique administrative ou à celle de l'autre Etat contractant;

- b) De fournir des renseignements qui ne pourraient être obtenus sur la base de sa législation ou dans le cadre de sa pratique administrative normale ou de celle de l'autre Etat contractant;
- c) De fournir des renseignements qui révéleraient un secret commercial, industriel, professionnel ou un procédé commercial ou des renseignements dont la communication serait contraire à l'ordre public.

Article 27

Assistance au recouvrement

1 — Les deux Etats contractants conviennent de se prêter mutuellement assistance et appui en vue de recouvrer, suivant les règles propres à leurs législations ou réglementations respectives, les impôts visés par la présente Convention l'orsque ces sommes sont définitivement dues en application des lois ou règlements de l'Etat demandeur.

2 — Les autorités compétentes des deux Etats contractants se concerteront, dès que ces autorités l'estiment opportun, à l'effet de fixer les modalités d'application de cet article.

Article 28

Agents diplomatiques et fonctionnaires consulaires

Les dispositions de la présente Convention ne portent pas atteinte aux privilèges fiscaux dont bénéficient les agents diplomatiques ou les fonctionnaires consulaires en vertu des normes du droit international général ou des dispositions d'accords particuliers.

Article 29

Autres dispositions

Les dispositions de la présente Convention ne peuvent en aucun cas être interprétées comme limitant les exonérations, abattements, déductions, crédits ou tout autre, dégrèvement qui est, ou puisse être accordé:

- a) Par la législation d'un Etat contractant en vue de la détermination de l'impôt perçu par cet Etat; ou
- b) Par un quelconque accord particulier conclu par un Etat contractant.

CHAPITRE VI

Dispositions finales

Article 30

Entrée en vigueur

1 — Chacun des deux Etats contractants notifiera à l'autre par écrit et par le canal diplomatique l'accomplissement des procédures requises par sa législation pour l'entrée en vigueur de la présente Convention.

2 — La présente Convention entrera en vigueur le premier jour du deuxième mois suivant la date de réception de la deuxième des dites notifications et ses dispositions seront applicables pour la première fois:

- a) Aux impôts dus à la source dont le fait générateur se produira après le 31 décembre de l'année de l'échange des instruments de ratification;

- b) Aux autres impôts afférents aux périodes impossibles commençant après le 31 décembre de l'année de l'échange des instruments de ratification.

Article 31

Dénunciation

La présente Convention demeurera en vigueur tant quelle n'aura pas été dénoncée par l'un des deux Etats contractants. Chaque Etat contractant peut la dénoncer par la voie diplomatique avec un préavis de six mois avant la fin de chaque année civile à compter de la cinquième année suivant celle de son entrée en vigueur. Dans ce cas, la Convention cessera d'être applicable:

- a) Aux impôts dus à la source dont le fait générateur se produira après le 31 décembre de l'année de la dénonciation;
- b) Aux autres impôts afférents aux périodes impossibles commençant après le 31 décembre de l'année de la dénonciation.

En foi de quoi les soussignés, dûment autorisés à cet effet, ont signé la présente Convention.

Fait à Alger, le 2 décembre 2003, en deux exemplaires originaux en langues portugaise, arabe et française, les trois textes faisant également foi. En cas de divergence d'interprétation, le texte français constituera le texte de référence.

Pour la République Portugaise:

Manuela Franco, Secrétaire d'Etat aux Affaires Etrangères et à la Coopération.

Pour le Gouvernement de la République Algérienne Démocratique et Populaire:

Abdelkader Messahel, Ministre Délégué auprès du Ministre d'Etat, Ministre des Affaires Etrangères Chargé des Affaires Maghrébines et Africaines.

PROTOCOLE

Au moment de procéder à la signature de la Convention en vue d'éviter les doubles impositions, de prévenir l'évasion fiscale et d'établir des règles d'assistance réciproque en matière de recouvrement d'impôts sur le revenu et sur la fortune conclue ce jour entre la République Portugaise et le Gouvernement de la République Algérienne Démocratique et Populaire, les soussignés sont convenus des dispositions supplémentaires suivantes, qui font partie intégrante de la Convention.

Ad Article 2

Dans le cas où le Portugal introduira un impôt comparable à l'impôt algérien sur la fortune, l'autorité compétente portugaise informera par voie diplomatique l'autorité compétente algérienne afin de se consulter en vue de parvenir à un accord sur la question de savoir si la Convention devra être étendue au non à cet impôt.

Ad Article 5

Il est entendu que les magasins de ventes sont compris dans la notion d'établissement stable.

Ad Article 6

Les dispositions de l'article 6 s'appliquent également aux revenus provenant des biens mobiliers qui, conformément à la législation fiscale de l'Etat contractant dans lequel les biens en question sont situés, sont assimilés aux revenus provenant des biens immobiliers.

Ad Article 7

En ce qui concerne le paragraphe 3, il faut considérer qu'aucune déduction n'est admise pour les sommes qui seraient, le cas échéant, versées (à d'autres titres que le remboursement de frais encourus) par l'établissement stable au siège central de l'entreprise ou à l'un quelconque de ses bureaux, comme redevances, honoraires ou autres paiements similaires, pour l'usage de brevets ou d'autres droits, ou comme commission, pour des services précis rendus ou pour une activité de direction ou, sauf dans le cas d'une entreprise bancaire, comme intérêts sur des sommes prêtées à l'établissement stable. De même, il n'est pas tenu compte, dans le calcul des bénéfices d'un établissement stable, des sommes (autres que le remboursement des frais encourus) portées par l'établissement stable au débit du siège central de l'entreprise ou de l'un quelconque de ses autres bureaux, comme redevances, honoraires ou autres paiements similaires, pour l'usage de brevets ou d'autres droits, ou comme commission pour des services précis rendus ou pour une activité de direction ou, sauf dans le cas d'une entreprise bancaire, comme intérêts sur des sommes prêtées au siège central de l'entreprise ou à l'un quelconque de ses autres bureaux.

Ad Article 10

Le terme «dividendes» comprend aussi des bénéfices attribués ou payés en vertu d'un contrat de participation aux bénéfices (associação em participação).

Ad Article 25

Concernant le paragraphe 3 de l'article 25, il est entendu que les deux Etats contractants peuvent se concerter en vue d'éliminer la double imposition dans les cas non prévus par la présente Convention, et ce dans le cadre des procédures établies en la matière.

En foi de quoi les soussignés, dûment autorisés à cet effet, ont signé le présent Protocole.

Fait à Alger, le 2 décembre 2003, en deux exemplaires originaux en langues portugaise, arabe et française, les trois textes faisant également foi. En cas de divergence d'interprétation, le texte français constituera le texte de référence.

Pour la République Portugaise:

Manuela Franco, Secrétaire d'Etat aux Affaires Etrangères et à la Coopération.

Pour le Gouvernement de la République Algérienne Démocratique et Populaire:

Abdelkader Messahel, Ministre Délégué auprès du Ministre d'Etat, Ministre des Affaires Etrangères Chargé des Affaires Maghrébines et Africaines.

إتفاقية

بين

الجمهورية البرتغالية

و

حكومة الجمهورية الجزائرية الديمقراطية الشعبية

بشأن تفادي الازدواج الضريبي والتهرب الجبائي ووضع قواعد المساعدة المتبادلة في مجال تحصيل الضرائب على الدخل وعلى الثروة.

إن الجمهورية البرتغالية

و

حكومة الجمهورية الجزائرية الديمقراطية الشعبية

رغبة منهما في إبرام إتفاقية لتجنب الازدواج الضريبي ومنع التهرب الضريبي ووضع قواعد المساعدة المتبادلة فيما يخص تحصيل الضرائب على الدخل وعلى الثروة.

اتفقتا على الأحكام التالية:

الفصل الأول مجال تطبيق الإتفاقية المادة الأولى الأشخاص المعنيون

تطبق هذه الإتفاقية على الأشخاص المقيمين في إحدى الدولتين المتعاقدين أو كليهما.

المادة الثانية

الضرائب التي تتناولها الإتفاقية

1 - تطبق الإتفاقية الحالية على ضرائب الدخل و الثروة المحصلة لصالح الدولة المتعاقدة أو فروعها السياسية أو الإدارية أو جماعاتها المحلية بغض النظر عن طريقة تحصيلها.

2 - تعتبر ضرائب مفروضة على الدخل و الثروة، جميع الضرائب المفروضة على الدخل الكلي، على الثروة الكلية، أو على عناصر الدخل أو الثروة، بما في ذلك الضرائب على الأرباح المحققة من التصرف في الملكية المنقولة و العقارية و الضرائب على مجموع الأجور والمرتببات التي تدفعها المؤسسات، وكذلك الضرائب على فوائض القيمة.

3 - الضرائب الحالية التي تطبق عليها هذه الإتفاقية هي:

أ) بالنسبة للبرتغال:

1. الضريبة على دخل الأشخاص الطبيعيين؛
2. الضريبة على دخل الأشخاص القانونيين؛
3. الضريبة المحلية على ضريبة الأشخاص القانونيين؛
4. الضريبة العقارية للبلديات (ويشار إليها فيما يلي "بالضريبة البرتغالية").

ب) بالنسبة للجزائر:

1. الضريبة على الدخل الإجمالي؛
2. الضريبة على أرباح الشركات؛
3. الرسم على النشاط المهني؛
4. الدفع الجزافي؛
5. الرسم العقاري؛
6. الضريبة على الأملاك؛
7. الإتساوة والضريبة على محاصيل نشاطات التقيب والبحث واستغلال ونقل المحروقات عبر الأنابيب؛
8. الضريبة على الأرباح المنجمية (ويشار إليها فيما يلي "بالضريبة الجزائرية").

4- تسري أحكام هذه الإتفاقية، أيضا، على أية ضرائب مماثلة أو مشابهة، تفرض من تاريخ توقيع الإتفاقية، إضافة إلى الضرائب الحالية أو بدلا عنها، و تقوم السلطات المختصة في الدولتين المتعاقدين بإخطار كل منهما بأية تغييرات جوهرية تطرأ على قوانين الضرائب فيهما.

الفصل الثاني

تعاريف

المادة الثالثة

تعاريف عامة

1- حسب مدلول هذه الإتفاقية و ما لم يقتضي سياق النص خلافا لذلك :

- أ - تعني عبارة "دولة متعاقدة " و " الدولة المتعاقدة الأخرى" حسب السياق : البرتغال أو الجزائر.
- ب- يقصد بلفظ "البرتغال"، تراب الجمهورية البرتغالية ، الواقعة في القارة الأوروبية وأرخبيلات الأزورس و ماديرا و البحر الإقليمي، بما في ذلك المناطق التي، بمقتضى التشريع البرتغالي والقانون الدولي، تمارس الجمهورية البرتغالية سلطاتها القضائية أو حقوقها السيادية المتعلقة بالتقيب واستغلال الموارد الطبيعية لغمر البحار و باطن أرضها و مياهها الفوقية.
- ج- يقصد بلفظ "الجزائر" الجمهورية الجزائرية الديمقراطية الشعبية، و بالمعنى الجغرافي، يعني تراب الجمهورية الجزائرية الديمقراطية الشعبية، بما في ذلك المياه الإقليمية و ما وراءها، حتى المناطق، وفقا للتشريع الوطني والقانون الدولي، التي تمارس عليها الجمهورية الجزائرية الديمقراطية الشعبية سلطاتها القضائية و حقوق

السيادة لغاية التقييد واستغلال الموارد الطبيعية البيولوجية و غير البيولوجية لغير البحار و باطن أرضها و مياهها الفوقية.

د- يشمل لفظ " شخص "، الأشخاص الطبيعية والشركات وأي تجمع آخر للأشخاص؛

هـ- يقصد بلفظ " شركة "، أية شخصية معنوية أو أية وحدة تعتبر من الناحية الضريبية على أنها ذات شخصية معنوية.

و- تشير عبارات "مؤسسة دولة متعاقدة" و"مؤسسة دولة متعاقدة أخرى" على التوالي إلى مؤسسة مستقلة من طرف مقيم في دولة متعاقدة و مؤسسة مستقلة من طرف مقيم في الدولة المتعاقدة الأخرى؛

ز- يقصد بعبارة "النقل الدولي"، كل عملية نقل تقوم بها سفينة أو طائرة مستقلة من طرف مؤسسة تتخذ مقر إدارتها الفعلية في دولة متعاقدة، ماعدا في حالة استغلال السفينة أو الطائرة بين محطتين تقعان داخل تراب الدولة المتعاقدة فقط.

ح- يقصد بلفظ "مواطنون " :

(1) كل الأشخاص الطبيعيين الذين يتمتعون بجنسية الدولة المتعاقدة ؛

(2) كل الأشخاص المعنوية، شركات الأشخاص، الجمعيات أو الكيانات المتكونة طبقا للتشريع الساري في الدولة المتعاقدة.

ج- يقصد بعبارة " السلطة المختصة " :

(1) بالنسبة للبرتغال، وزير المالية، المدير العام للضرائب أو ممثلهم المخولين؛

(2) بالنسبة للجزائر، الوزير المكلف بالمالية أو ممثله المخول.

2- قصد تطبيق أحكام هذه الاتفاقية من قبل إحدى الدولتين المتعاقدين، يفصّد بآية عبارة لم يرد لها تعريف محدد، المعنى الممنوح لها في القوانين المعمول بها في تلك الدولة المتعاقدة بشأن الضرائب التي تطبق عليها هذه الاتفاقية، و ذلك ما لم يقضي السياق بخلاف ذلك.

المادة الرابعة

المقيم

1 - لأغراض هذه الاتفاقية يقصد بعبارة "مقيم في إحدى الدولتين المتعاقدين" أي شخص يخضع وفقا لتشريع تلك الدولة المتعاقدة للضرائب المفروضة فيها، وذلك بحكم مسكنه أو محل إقامته أو محل إدارته أو أي معيار آخر من طبيعة مماثلة.

غير أنه، لا تشمل هذه العبارة الأشخاص غير الخاضعين للضريبة في هذه الدولة إلا بالنسبة للمداخل التي لها مصادر موجودة في هذه الدولة أو بالنسبة للثروة المتواجدة بها.

2 - في حالة ما إذا كان شخص طبيعي يعتبر وفقا لأحكام الفقرة (1) من هذه المادة مقيما في كلتا الدولتين المتعاقدين، فإن هذه الحالة تعالج وضعيته بالكيفية الآتية :

أ- يعتبر مقيما في الدولة المتعاقدة التي يكون له فيها مسكن دائم، فإذا كان له مسكنا دائما في الدولتين المتعاقدين، يعتبر مقيما في الدولة المتعاقدة التي تربطه بها علاقات شخصية واقتصادية أوثق (مركز المصالح الحيوية).

ب- في حالة عدم إمكان تحديد الدولة المتعاقدة التي يوجد بها مركز مصالحه الحيوية أوفي حالة عدم امتلاكه مسكنا دائما في أحد الدولتين المتعاقدين، فإنه يعتبر مقيما في الدولة المتعاقدة التي يقيم بها، بصفة اعتيادية.

ج- إذا كان له محل إقامة معتاد في كل من الدولتين المتعاقدين، أو لم يكن له محل إقامة معتاد في أي منهما، فيعتبر مقيما في الدولة المتعاقدة التي يحمل جنسيتها.

د- وإذا كان يحمل جنسية كل من الدولتين المتعاقدين، أو كان لا يحمل جنسية أي منهما، تقوم السلطات المختصة في الدولتين المتعاقدين بغض القضية باتفاق مشترك.

3- عندما يكون شخص آخر، غير الشخص الطبيعي، مقيما في الدولتين المتعاقدين، وفقا لأحكام الفقرة الأولى أعلاه، فإنه يعتبر مقيما في الدولة المتعاقدة، التي يوجد بها مقر إدارته الفعلية.

المادة الخامسة

المنشأة المستقرة

1- لأغراض الاتفاقية الحالية، يقصد بعبارة "المنشأة المستقرة"، المكان الثابت الذي تزاوّل فيه مؤسسة كل نشاطها أو بعضه.

2- تشمل عبارة " المنشأة المستقرة " على نحو خاص:

أ- مقر إدارة؛

ب- فرع؛

ج - مكتب؛

د- مصنع؛

هـ- ورشة؛

و- منجم، حقل بترول أو غاز، محجر أو أي مكان آخر لاستخراج موارد طبيعية.

3- لا يشكل موقع بناء أو تركيب منشأة مستقرة إلا إذا تجاوزت مدته ستة أشهر.

4 - دون الإخلال بالأحكام السابقة لهذه المادة، نعتبر أنه لا توجد "منشأة مستقرة" إذا:

أ - تم الانتفاع بالتسهيلات الخاصة، لغرض تخزين، عرض أو تسليم السلع المملوكة للمؤسسة؛

ب- سلع مملوكة للمؤسسة مخزنة لغرض التخزين، العرض، أو التسليم فقط؛

ج- سلع مملوكة للمؤسسة مخزنة بغرض التحويل من طرف مؤسسة أخرى فقط؛

د- كان استعمال مقر ثابت للأعمال لغرض شراء سلع أو تجميع معلومات للمؤسسة فقط.

هـ- كان المقر الثابت للأعمال مستعملا فقط لغرض ممارسة المؤسسة كل نشاط ذو طابع إداري أو إضافي.

و- كان المقر الثابت للأعمال مستعملا بغرض المزاولة المتراكمة للأنشطة المشار إليها في الفقرات الفرعية من "أ" إلى "هـ"، أعلاه، شريطة أن يكون النشاط الإجمالي للمكان الثابت للأعمال و الناجم عن هذا التراكم يحتفظ بطابع إداري أو إضافي.

5- بغض النظر عن أحكام الفقرتين (1) و (2) أعلاه، فإن الشخص غير الوكيل ذي الوضع القانوني المستقل الذي تسري عليه أحكام الفقرة (6)، و الذي يتصرف في إحدى الدولتين المتعاقدين نيابة عن مؤسسة تابعة للدولة المتعاقدة الأخرى وله صلاحية إبرام العقود باسم هذه المؤسسة، فإن هذه المؤسسة تعتبر أن لها منشأة مستقرة في الدولة المتعاقدة المذكورة، بالنسبة لكل الأنشطة التي يقوم بها هذا الشخص لحساب المؤسسة ما لم تكن تلك الأنشطة من قبيل الأنشطة التي تمارس من خلال مقر ثابت للأعمال و المشار إليها في الفقرة (4)، تلك الفقرة التي لا تجعل هذا المكان الذي يزاول تلك الأنشطة منشأة مستقرة طبقا لأحكام هذه الفقرة.

6- لا تعتبر أن المؤسسة التابعة للدولة المتعاقدة منشأة مستقرة في الدولة المتعاقدة الأخرى، لمجرد قيامها بنشاط في تلك الدولة المتعاقدة الأخرى، من خلال سمسار أو وكيل عام بالعمولة أو أي وكيل آخر له صفة مستقلة، شريطة أن يمارس هؤلاء الأشخاص العمل في حدود نشاطهم.

7- إذا كانت شركة مقيمة في دولة متعاقدة ترأب أو تخضع لمراقبة من قبل شركة مقيمة في الدولة المتعاقدة الأخرى، أو تزاوّل نشاطها في تلك الدولة المتعاقدة الأخرى (سواء عن طريق منشأة مستقرة أو لا)، لا يجعل في حد ذاته أي من هذه الشركات منشأة مستقرة للشركة الأخرى.

الفصل الثالث

ضرائب الدخل

المادة السادسة

المداخل العقارية

1- يخضع الدخل الذي يجنيه مقيم في دولة متعاقدة من أملاك عقارية (بما في ذلك مداخل المستثمرات الفلاحية والغابوية) متواجدة في الدولة المتعاقدة الأخرى للضريبة في هذه الدولة الأخرى.

2- إن لعبارة "الأملاك العقارية" المعنى المحدد لها طبقاً لقانون الدولة المتعاقدة التي توجد بها الأملاك المعنية، و تشمل هذه العبارة، على أية حال، الأموال الملحقة بالأموال العقارية، الموائشي المبيّنة والحسية للمستثمرات الفلاحية والغابوية والحقوق التي تنطبق عليها أحكام القانون الخاص بشأن الملكية العقارية و حق الانتفاع بالأملاك العقارية، و الحق في مدفوعات متغيرة أو ثابتة مقابل استغلال أو امتياز استغلال المناجم أو الميناء المعدنية أو غيرها من الموارد الطبيعية. لا تعتبر السفن والطائرات في عداد الأملاك العقارية.

3- تطبق أحكام الفقرة (1) أعلاه على الدخل الناجم عن الاستغلال المباشر للأملاك العقارية أو تأجيرها بما فيه التأجير الزراعي أو استعمالها على أي نحو آخر.

4- تطبق أحكام الفقرتين (1) و (3) أعلاه، على الدخل الناتج من الأملاك العقارية للمؤسسة، والدخل الناتج من الأملاك العقارية المستخدمة في أداء مهنة مستقلة.

المادة السابعة

أرباح المؤسسات

1- تخضع الأرباح التي تحققها مؤسسة إحدى الدولتين المتعاقبتين للضريبة في الدولة المتعاقدة التي توجد فيها المؤسسة فقط، ما لم تكن المؤسسة تزاوّل نشاطاً في الدولة المتعاقدة الأخرى عن طريق منشأة مستقرة دائمة بها. فإذا كانت المؤسسة تزاوّل نشاطاً على النحو السابق، فإن أرباحها تخضع للضريبة في الدولة المتعاقدة الأخرى، ولكن في حدود ما يخص تلك المنشأة المستقرة من الأرباح فقط.

2- من راعا لأحكام الفقرة 3 أدناه، لما تمارس مؤسسة دولة متعاقدة نشاطاً في الدولة المتعاقدة الأخرى عن طريق منشأة مستقرة متواجدة بها، تحمل، لدى كل دولة متعاقدة، المنشأة المستقرة الأرباح التي أمكن تحقيقها في حال تكونها في شكل مؤسسة مستقلة تمارس أنشطة مماثلة أو مشابهة في ظروف مماثلة أو مشابهة و تتعامل بكل استقلالية مع المؤسسة التي تعتبر منشأة مستقرة لها.

3- عند تحديد أرباح المنشأة المستقرة، يسمح بخصم المصاريف الخاصة التي صرفت بالمنشأة المستقرة، بما في ذلك نفقات الإدارة والمصاريف العامة للتسيير، التي أنفقت سواء في الدولة المتعاقدة الكائنة بها المنشأة أو في مكان آخر.

4- لا تعتبر أن هناك منشأة مستقرة قد حققت أرباحاً بمجرد أن هذه المنشأة المستقرة قد اشترت سلعاً للمؤسسة.

5- لأغراض الفقرات السابقة، تحدد الأرباح المنسوبة للمنشأة المستقرة كل سنة حسب نفس الطريقة، إلا إذا وجدت هناك أسباب مقبولة وكافية للعمل بطريقة أخرى.

6- لما تشمل الأرباح عناصر من الدخل المعالجة بشكل منفصل في مواد أخرى من هذه الاتفاقية، فإن أحكام هذه المواد لا تدخل بأحكام هذه المادة.

المادة الثامنة

النقل البحري و النقل الجوي

1- تخضع الأرباح الناتجة عن استغلال السفن أو الطائرات في النقل الدولي، للضرائب في الدولة المتعاقدة التي يوجد فيها مركز الإدارة الفعلية للمؤسسة.

2- في حالة وجود مركز الإدارة الفعلية لمؤسسة النقل البحري على متن السفينة، فيعتبر وجود هذا المركز في الدولة المتعاقدة التي يقع فيها ميناء الرسو الاعتيادي، وإذا لم يوجد مثل هذا الميناء، فيعتبر في الدولة المتعاقدة التي يقيم فيها مشغل السفينة.

3- تسري أحكام الفقرة (1) أعلاه، بالمثل، على الأرباح الناتجة من الاشتراك في اتحاد أو مشروع مشترك أو في هيئة دولية للإستغلال.

المادة التاسعة

المؤسسات الشريكة

1- في حالة ما إذا:

أ- ساهمت مؤسسة تابعة للدولة المتعاقدة بصفة مباشرة أو غير مباشرة في إدارة أو رقابة أو رأس مال مؤسسة تابعة للدولة المتعاقدة الأخرى أو؛

ب- ساهم نفس الأشخاص بطريقة مباشرة أو غير مباشرة في إدارة أو رقابة رأس مال مؤسسة تابعة لإحدى الدولتين المتعاقبتين و مؤسسة تابعة للدولة المتعاقدة الأخرى.

وإذا وضعت أو فرضت في أي من الحالتين شروط بين المؤسستين فيما يتعلق بعلاقتهما التجارية أو المالية، تختلف عن الشروط التي يمكن أن تقوم بين مؤسسات مستقلة، فإن أية أرباح كان يمكن أن تحققها إحدى المؤسستين و لكنها لم تتحقق بسبب هذه الشروط، يجوز ضمها إلى أرباح هذه المؤسسة وإخضاعها للضريبة تبعاً لذلك.

2- إذا كانت أرباح مؤسسة إحدى الدولتين المتعاقبتين و الخاضعة للضريبة في تلك الدولة، تتضمن أرباحاً داخلية ضمن مؤسسة تابعة للدولة المتعاقدة الأخرى و تخضع تبعاً لذلك للضريبة في تلك الدولة الأخرى، و كانت الأرباح الداخلية ضمن أرباح تلك المؤسسة تعتبر أرباحاً تحققت المؤسسة التابعة للدولة المذكورة أولاً، و إذا كانت الظروف القائمة بين هاتين المؤسستين تعتبر مماثلة للظروف القائمة بين المؤسستين المستقلتين، ففي هذه الحالة، فإن الدولة المتعاقدة الأخرى تجري التعديل المناسب للضريبة التي استحققت فيها تلك الأرباح.

وعند إجراء هذا التعديل فإنه يتعين أخذ الأحكام الأخرى لهذه الاتفاقية بعين الاعتبار وتتساوّر السلطات المختصة للدولتين المتعاقبتين عند الضرورة.

المادة العاشرة

أرباح الأسهم

1- تخضع أرباح الأسهم التي تدفعها شركة مقيمة في دولة متعاقدة لمقيم في الدولة المتعاقدة الأخرى، للضريبة في تلك الدولة الأخرى.

2- غير أن أرباح الأسهم هذه تخضع للضريبة في الدولة المتعاقدة التي تقيم بها الشركة الدافعة لهذه الأرباح، طبقاً لتشريع تلك الدولة. أما في حالة ما إذا كان المستلم هو المستفيد الفعلي من أرباح الأسهم فإن الضريبة المفروضة لا يمكن أن تتجاوز:

أ) خمسة عشرة بالمائة (15%) من المبلغ الإجمالي لأرباح الأسهم.

ب) بغض النظر عن الفقرة الفرعية "أ" أعلاه عشرة بالمائة (10%) من المبلغ الإجمالي الخام لأرباح الأسهم، إذا كان المستفيد الفعلي مؤسسة، تملك بشكل غير مباشر على الأقل خمسة وعشرون بالمائة (25%) من رأس المال الشركة التي تدفع أرباح الأسهم، سنتين قبل دفع هذه الأرباح.

لا تدخل هذه الفقرة بالضريبة على فوائد الشركة التي تستعمل لدفع أرباح الأسهم.

3- يقصد بعبارة «أرباح الأسهم»، بموجب هذه المادة المداخل المستمدة من الأسهم أو أسهم التمتع أو حقوق التمتع أو حصص المناجم أو حصص التأسيس أو أية حصص أخرى رابحة غير الديون وكذا المداخل المتأتية من الحصص الأخرى للشركة التي تخضع لنفس النظام الضريبي الذي تخضع له مداخل الأسهم طبقاً لتشريع الدولة التي تقيم بها الشركة الموزعة للأرباح.

4 - لا تطبق أحكام الفقرتين (1) و (2) أعلاه، إذا كان المالك المستفيد الفعلي من أرباح الأسهم والمقيم بالدولة المتعاقدة، يباشر نشاطا صناعيا أو تجاريا في الدولة المتعاقدة الأخرى التي تقيم بها الشركة الدافعة لأرباح الأسهم من خلال منشأة دائمة موجودة بها، أو تؤدي في تلك الدولة الأخرى مهنة مستقلة من خلال مركز ثابت موجود بها، وأن تكون المساهمة المنتجة لأرباح الأسهم مرتبطة بها ارتباطا فعليا، وفي مثل هذه الحالة تطبق أحكام المادتين (7) أو المادة (14) من هذه الاتفاقية حسب الأحوال.

5- إذا كانت شركة مقيمة في دولة متعاقدة تستمد أرباحا أو مداخيل من الدولة المتعاقدة الأخرى، فإنه لا يمكن لهذه الدولة المتعاقدة الأخرى، تحصيل أية ضريبة على أرباح الأسهم المدفوعة من طرف الشركة، إلا إذا كانت هذه الأرباح قد دفعت لمقيم في تلك الدولة المتعاقدة الأخرى، أو إذا كانت المساهمة المولدة لأرباح الأسهم مرتبطة ارتباطا فعليا بمنشأة دائمة أو قاعدة ثابته موجودتين في تلك الدولة الأخرى، أو أن لا تخضع أرباح الشركة غير الموزعة، حتى لو أرباح الأسهم المدفوعة، أو الأرباح غير الموزعة تمثل، كلها أو بعضها، الأرباح* أو الدخل الناشئ في تلك الدولة الأخرى.

المادة الحادية عشر

الفوائد

1- إن الفوائد المتأتية من دولة متعاقدة والمدفوعة لمقيم في الدولة المتعاقدة الأخرى تخضع للضريبة في تلك الدولة الأخرى.

2- غير أن هذه الفوائد تخضع للضريبة في الدولة المتعاقدة التي تنتج فيها وطبقا لتشريعها. وفي حالة ما إذا كان الشخص المستلم للفوائد هو المستفيد الفعلي منها، فإن الضريبة المفروضة على هذا الأساس يجب أن لا تزيد عن 15% من إجمالي مبلغ الفوائد الخام.

3- بصرف النظر عن أحكام الفقرة الثانية (2) أعلاه، تعفى من الضريبة الفوائد الناشئة في إحدى الدولتين المتعاقبتين إذا:

(أ) كان المدين بهذه الفوائد، هي حكومة تلك الدولة المتعاقدة أو أحد فروعها السياسية أو الإدارية أو واحدة من جماعاتها المحلية أو؛

(ب) كانت الفوائد مدفوعة لحكومة الدولة المتعاقدة الأخرى، أو لأحد فروعها السياسية أو الإدارية، أو إحدى جماعاتها المحلية، أو لمؤسسات، أو هيئات (بما في ذلك المؤسسات المالية) التابعة كلية لهذه الدولة المتعاقدة أو لأحد فروعها السياسية أو الإدارية أو لإحدى جماعاتها المحلية أو؛

(ج) كانت الفوائد مدفوعة لمؤسسات، أو هيئات أخرى (بما في ذلك المؤسسات المالية)، حسب تمويلات أخرى ممنوحة من طرفها، في إطار اتفاقيات مبرمة بين حكومتي الدولتين المتعاقبتين.

4- يقصد بلفظ "الفوائد" الواردة أعلاه، المداخل الناتجة عن الديون على اختلاف أنواعها، سواء كانت مضمونة برهن أم لم تكن، أو مشروطة بحق المشاركة في أرباح المدين أو لم تكن، وخاصة الدخل المستمد من الأموال العمومية وسندات الاقتراض بما في ذلك المكافآت والحوافز المتعلقة بمثل هذه السندات. لا تعتبر كفوائد الغرامات بسبب الدفع المتأخر في مفهوم هذه المادة.

5- لا تطبق أحكام الفقرتين (1) و (2) أعلاه، إذا كان المالك المستفيد الفعلي من الفوائد مقيما في دولة متعاقدة ويمارس في الدولة المتعاقدة الأخرى التي تتأذى منها الفوائد، إما نشاطا تجاريا أو صناعيا من خلال منشأة مستقرة توجد بها، أو يمارس في تلك الدولة المتعاقدة الأخرى مهنة مستقلة من خلال قاعدة ثابتة موجودة بها، وأن يكون سند المديونية الذي تنشأ عنه الفوائد مرتبط به ارتباطا فعليا. في هذا السياق تطبق أحكام المادة (7) أو المادة (14) من هذه الاتفاقية تبعا للحالات.

6 - تعتبر الفوائد أنها نشأت في إحدى الدولتين المتعاقبتين إذا كان المدين هو الدولة نفسها أو أحد فروعها السياسية أو الإدارية أو جماعة محلية أو شخص مقيم في هذه الدولة، غير أنه إذا كان الشخص المدين بالفوائد سواء كان مقيما أو لم يكن مقيما في إحدى الدولتين المتعاقبتين يمتلك في إحدى الدولتين المتعاقبتين منشأة مستقرة أو قاعدة ثابتة نشأ

بسببها الدين المترتب عنه دفع الفوائد، وكانت تلك المنشأة المستقرة أو المركز الثابت يستعملان تلك الفوائد، فإن هذه الفوائد تعتبر أنها قد نشأت في الدولة المتعاقدة التي توجد بها هذه المنشأة المستقرة أو القاعدة الثابتة.

7- إذا كانت قيمة الفوائد واعتبارا للدين الذي بمقتضاه يتم دفعها وبسبب علاقة خاصة بين المدين والمستفيد الفعلي، أو بين كل منهما وأي شخص آخر بالقياس إلى سند المديونية التي تدفع عنها الفوائد، تزيد عن القيمة التي كان يتفق عليها بين المدين والمستفيد الفعلي لو لم توجد مثل هذه العلاقة، فإن أحكام هذه المادة لا تطبق إلا على القيمة الأخيرة فقط. وفي مثل هذه الحالة يظل الجزء الفائض من المبالغ المدفوعة خاضعا للضريبة بمقتضى تشريع كل من الدولتين المتعاقبتين ومراعاة للأحكام الأخرى الواردة في هذه الاتفاقية.

المادة الثانية عشر

الأتاوات

1- إن الأتاوات السانحة في دولة متعاقدة والمدفوعة لمقيم في الدولة المتعاقدة الأخرى تقرض عليها الضريبة في تلك الدولة الأخرى.

2- غير أن هذه الأتاوات تخضع أيضا للضريبة في الدولة المتعاقدة التي تنتج فيها، تبعا لتشريع هذه الدولة، ولكن إذا كان الشخص الذي تدفع له الأتاوات هو المستفيد الفعلي، فإن الضريبة المفروضة على هذا النحو لا يمكن أن تتجاوز عشرة بالمائة (10%) من المبلغ الإجمالي الخام للأتاوات.

3- يقصد بلفظ " الأتاوات " الوارد في هذه المادة، المكافآت المدفوعة أيا كان نوعها مقابل استعمال أو الحق في استعمال حقوق التأليف الخاصة بعمل أدبي أو فني أو علمي بما في ذلك الأفلام السينمائية والأفلام والتسجيلات المخصصة لكل أشكال الإرسال الإذاعي و التلفزيوني، أو أية براءة اختراع أو علامة صناعية أو تجارية أو رسم أو نموذج أو خطة أو تركيب معادلة أو طريقة سرية، أو مقابل استعمال أو الحق في استعمال تجهيز صناعي أو تجاري أو علمي، أو مقابل معلومات تتعلق بخبرة مكتسبة صناعية أو تجارية أو علمية.

4- لا تطبق أحكام الفقرتين (1) و (2) أعلاه، إذا كان المستفيد الفعلي لهذه الأتاوات مقيما في إحدى الدولتين المتعاقبتين، ويمارس في الدولة المتعاقدة الأخرى التي تنشأ فيها الأتاوات إما نشاطا صناعيا أو تجاريا من خلال منشأة مستقرة توجد بها، أو يؤدي في تلك الدولة المتعاقدة الأخرى مهنة مستقلة من خلال قاعدة ثابتة موجودة بها، وأن الحقوق أو الملكية الناشئة عنها هذه الأتاوات المدفوعة تكون مرتبطة ارتباطا فعليا بتلك المنشأة المستقرة أو تلك القاعدة الثابتة.

و في هذه الحالة تطبق إما أحكام المادة (7) أو أحكام المادة (14) من هذه الاتفاقية.

5- تعتبر الأتاوات متأتية من دولة متعاقدة إذا كان المدين هو تلك الدولة المتعاقدة نفسها، أو أحد فروعها السياسية أو الإدارية أو جماعة محلية، أو مقيما في تلك الدولة، غير أنه إذا كان المدين بالأتاوات سواء كان مقيما أو غير مقيم في دولة متعاقدة يمتلك في دولة متعاقدة منشأة مستقرة أو قاعدة ثابتة يوجد معها ارتباط فعلي بالحق أو الملكية التي تنشأ عنها الأتاوات، وكانت تلك المنشأة المستقرة أو تلك القاعدة الثابتة يتحمل الأتاوات، فإن هذه الأتاوات تعتبر متأتية من الدولة المتعاقدة التي توجد بها المنشأة المستقرة أو القاعدة الثابتة.

6- إذا كانت قيمة الأتاوات المدفوعة بسبب علاقة خاصة بين المدين والمستفيد الفعلي أو بين كل منهما وشخص آخر، اعتبارا للخدمات التي تدفع من أجلها الأتاوات، تزيد عن القيمة التي يكون قد اتفق بشأنها المدين والمستفيد الفعلي لو لم توجد هذه العلاقة، فإن أحكام هذه المادة تطبق على القيمة الأخيرة فقط. وفي هذه الحالة يظل الجزء الفائض من المبالغ المدفوعة خاضعا للضريبة طبقا لتشريع كل دولة متعاقدة ومراعاة الأحكام الأخرى الواردة في هذه الاتفاقية.

المادة الثالثة عشر

أرباح رأس مال

1- الأرباح التي يحققها شخص مقيم في دولة متعاقدة من التصرف في الأملاك العقارية المشار إليها في المادة (6)، وتوجد في الدولة المتعاقدة الأخرى، تخضع للضرائب في تلك الدولة المتعاقدة الأخرى.

2- الأرباح الناتجة من التصرف في الممتلكات المنقولة التي تكون جزء من الأموال المستخدمة في نشاط منشأة مستقرة يمتلكها مشروع (مؤسسة) تابع لدولة متعاقدة في الدولة المتعاقدة الأخرى، أو من التصرف في الممتلكات المنقولة الخاصة بقاعدة ثابتة تحت تصرف شخص مقيم تابع لإحدى الدولتين المتعاقبتين وكنان بالدولة المتعاقدة الأخرى بغرض القيام بمهمة مستقلة، بما في ذلك الأرباح الناتجة من التصرف في تلك المنشأة المستقرة (وحدها أو مع المؤسسة كلها) أو من مثل هذه القاعدة الثابتة، تخضع للضريبة في تلك الدولة المتعاقدة الأخرى.

3- الأرباح الناتجة من التصرف في سفن أو طائرات مستقلة في النقل الدولي، أو من التصرف في الأموال المنقولة المخصصة لاستغلال تلك السفن أو الطائرات تخضع للضريبة إلا في تلك الدولة المتعاقدة التي يوجد بها مقر الإدارة الفعلية للمؤسسة.

4- الأرباح الناتجة من التصرف في كل الممتلكات غير تلك المشار إليها في الفقرات (1)، (2)، و (3) أعلاه من هذه المادة، لا تخضع للضريبة إلا في الدولة المتعاقدة التي يقيم فيها المتنازل.

المادة الرابعة عشر

المهن الحرة

1- المداخليل يحققها شخص مقيم في إحدى الدولتين المتعاقبتين من ممارسة لمهنة حرة أو أنشطة حرة أخرى في الدولة المتعاقدة الأخرى، لا تخضع للضريبة إلا في تلك الدولة المتعاقدة ما عدا إذا:

أ- كان للشخص قاعدة ثابتة تحت تصرفه بصفة اعتيادية في تلك الدولة المتعاقدة الأخرى لأغراض القيام بنشاطه. و يكون الخضوع للضريبة في هذه الحالة مقتصرًا على الدخل المنسوب لتلك القاعدة الثابتة في الدولة المتعاقدة الأخرى.

ب- كان الشخص مقيما في الدولة المتعاقدة الأخرى لمدة تزيد أو تساوي 183 يوما خلال السنة الضريبية المعنية، و يكون الخضوع للضريبة في هذه الحالة في حدود مقدار الدخل الناتج عن النشاطات الممارسة في تلك الدولة المتعاقدة الأخرى.

2- تشمل عبارة "المهنة الحرة" بوجه خاص، الأنشطة الحرة ذات الطابع العلمي أو الأدبي أو الفني أو التربوي أو التعليمي، وكذلك الأنشطة الحرة الخاصة بالأطباء والمحامين والمهندسين والمعماريين وأطباء الأسنان والمحاسبين.

المادة الخامسة عشر

المهن غير المستقلة

1- مع مراعاة أحكام المواد (16) و (18) و (19) من هذه الاتفاقية، فإن الرواتب والأجور وغيرها من المكافآت المماثلة التي يتقاضاها شخص مقيم في إحدى الدولتين المتعاقبتين مقابل عمل مأجور تخضع للضريبة في تلك الدولة المتعاقدة فقط، ما لم يكن العمل يؤدي في الدولة المتعاقدة الأخرى، فإذا كان العمل يؤدي على هذا النحو، فإن المكافآت المحصل عليها، تخضع للضريبة في تلك الدولة المتعاقدة الأخرى.

2- بعض النظر عن أحكام الفقرة (1) فإن المكافآت، التي يحصل عليها شخص مقيم في دولة متعاقدة عمل مأجور يؤدي في الدولة المتعاقدة الأخرى، تخضع للضريبة في الدولة الأولى فقط إذا:

أ- كان الشخص المستفيد يقيم في الدولة الأخرى لمدة أو أمد لا تزيد في مجموعها عن 183 يوما خلال فترة اثني عشرة شهرا، تبدأ أو تنتهي خلال السنة الجبائية المعيّنة، و
ب- أن تدفع المكافآت من قبل صاحب عمل أو لحساب صاحب عمل لا يقيم في الدولة المتعاقدة الأخرى، و

ج- ألا تستعمل المكافآت منشأة مستقرة أو قاعدة ثابتة يملكها صاحب العمل في الدولة الأخرى.

3- بغض النظر عن الأحكام السابقة لهذه المادة، فإن المكافآت المحصل عليها مقابل عمل مأجور يمارس على متن سفينة أو طائرة مستقلة في النقل الدولي، تخضع للضريبة في الدولة المتعاقدة التي يوجد بها مقر الإدارة الفعلية لمؤسسة.

المادة السادسة عشر

مكافآت أعضاء مجلس الإدارة

المكافآت الممنوحة أعضاء مجلس الإدارة و غيرها من المكافآت المماثلة التي يحصل عليها شخص مقيم في دولة متعاقدة، بصفته عضوا بمجلس إدارة، أو عضوا بمجلس مراقبة لشركة مقيمة في الدولة المتعاقدة الأخرى، تخضع للضريبة في تلك الدولة الأخرى.

المادة السابعة عشر

الفنانون والرياضيون

1- بغض النظر عن أحكام المادتين (14) و (15) من هذه الاتفاقية، يخضع الدخل الذي يحصل عليه شخص مقيم في دولة متعاقدة للضريبة من الدولة المتعاقدة الأخرى عن أنشطته الشخصية الممارسة في هذه الدولة المتعاقدة الأخرى بصفته فنانا استعراضيا، كفنان المسرح أو السينما أو الإذاعة أو التلفزيون أو الموسيقي أو بصفته رياضيا.

2- إذا كان الدخل الخاص الذي يحققه الفنان الاستعراضى أو الرياضي من ممارسة أنشطته الشخصية لا تعود عائداتها على الفنان أو الرياضي نفسه، و لكن يعود على شخص آخر، فإن هذا الدخل يخضع بغض النظر عن أحكام المواد (7) و (14) و (15) من هذه الاتفاقية للضريبة في الدولة المتعاقدة التي يمارس فيها الفنان أو الرياضي أنشطته.

3- لا تطبق أحكام الفقرتين (1) و (2) أعلاه على المداخليل المتأتية من نشاطات شخصية لفنانين الاستعراض الممارسة في دولة متعاقدة والممولة كليا أو في غالبيتها عن طريق صناديق عامة للدولة المتعاقدة الأخرى أو من أحد فروعها السياسية أو الإدارية أو الجماعات المحلية. في هذه الحالة لا تخضع هذه المداخليل للضريبة إلا في تلك الدولة المتعاقدة الأخرى.

المادة الثامنة عشر

المعاشات

مع مراعاة أحكام الفقرة 2 من المادة 19، فإن المعاشات و المكافآت الأخرى المماثلة المدفوعة لمقيم الدولة المتعاقدة مقابل عمل سابق، لا تخضع للضريبة إلا في هذه الدولة.

المادة التاسعة عشر

الوظائف العمومية

1- أ- المكافآت - بإستثناء المعاشات - التي تدفعها دولة متعاقدة، أو أحد فروعها السياسية أو الجماعات المحلية، إلى شخص طبيعي مقابل خدمات مقدمة لهذه الدولة المتعاقدة، أو لهذا الفرع أو الجماعة، لا تخضع للضريبة إلا في هذه الدولة.

ب- غير أن هذه المكافآت لا تخضع للضريبة إلا في الدولة المتعاقدة الأخرى فقط، إذا كانت الخدمات مقدمة في هذه الدولة، و إذا كان الشخص الطبيعي مقيما في هذه الدولة و ،
(1) يحمل جنسيتها، أو
(2) لم يصبح مقيما بهذه الدولة لغرض تقديم الخدمات فقط.

2 - أ- إن المعاشات المدفوعة من طرف الدولة المتعاقدة أو أحد فروعها السياسية أو الإدارية أو جماعاتها المحلية إما مباشرة وإما عن طريق خصم من الصناديق التي تم تأسيسها لشخص طبيعي مقابل خدمات مقدمة لهذه الدولة المتعاقدة أو هذا الفرع أو الجماعات، لا تخضع للضرائب إلا في هذه الدولة.

ب- لا تخضع هذه المعاشات لا للضرائب في الدولة المتعاقدة الأخرى إلا إذا كان الشخص طبيعي مقيما في هذه الدولة ويحمل جنسيتها.

3- تطبق أحكام المواد (15) و (16) و (18) من هذه الاتفاقية على المكافآت و المعاشات المدفوعة في مقابل خدمات مقدمة في إطار نشاط تجاري أو صناعي تمارسه دولة متعاقدة، أو أحد فروعها السياسية أو الإدارية أو الجماعات المحلية.

المادة العشرون

الطلبية

إن المبالغ التي يتحصل عليها طالب أو متربص يعتبر أو كان يعتبر مباشرة قبيل توجهه إلى دولة متعاقدة مقيما في الدولة المتعاقدة الأخرى، ويقوم بالدولة الأولى لغرض متابعة دراسته أو تكوينه فقط قصد تغطية المصاريف المتعلقة بتبعده شؤونه أو دراسته أو تكوينه، لا تخضع للضريبة في هذه الدولة، شريطة أن تكون هذه المبالغ متأتية من مصادر تقع خارج هذه الدولة.

المادة الحادية والعشرون

المداهيل الأخرى

1- لا تخضع عناصر دخل مقيم بدولة متعاقدة، أيا كان مصدرها والتي لم تتناولها المواد السابقة من هذه الاتفاقية للضريبة إلا في هذه الدولة.

2- لا تطبق أحكام الفقرة (1) أعلاه، على المداهيل غير تلك المتأتية من أملاك عقارية، كما هي محددة في الفقرة (2) من المادة (6)، عندما يكون المستفيد من هذه المداهيل، المقيم في دولة متعاقدة، أو يمارس في الدولة المتعاقدة الأخرى إما نشاطا صناعيا أو تجاريا بواسطة منشأة مستقرة موجودة بها، أو مهنة مستقلة بواسطة قاعدة ثابتة موجودة بها، و أن يكون الحق أو الملكية التي تنتج عنه المداهيل مرتبطا بها ارتباطا فعليا. في هذه الحالة تطبق أحكام المادة (7) أو المادة (14) حسب الحالات.

المادة الثانية والعشرون

الثروة

1- تخضع الثروة المكونة من الأموال العقارية المشار إليها في المادة (6)، و التي يملكها شخص مقيم في دولة متعاقدة وتوجد في الدولة المتعاقدة الأخرى، لضريبة هذه الدولة الأخرى.

2- تخضع الثروة المكونة من الأموال المنقولة، التي تشكل جزء من أصول منشأة مستقرة تملكها مؤسسة دولة متعاقدة في الدولة المتعاقدة الأخرى، أو من أموال منقولة تابعة لقاعدة ثابتة والتي يملكها مقيم بدولة متعاقدة في دولة متعاقدة أخرى بغرض ممارسة مهنة مستقلة، للضريبة، في هذه الدولة الأخرى.

3- تخضع الثروة المكونة من السفن والطائرات التي تستغل في النقل الدولي، المكونة والأصلاك المنقولة المخصصة لاستغلال هذه السفن أو الطائرات، للضريبة إلا في الدولة المتعاقدة التي يوجد بها مقر الإدارة الفعلية للمؤسسة.

4- لا تخضع جميع العناصر الأخرى لثروة مقيم في دولة متعاقدة للضريبة إلا في هذه الدولة.

الفصل الرابع

إلغاء الإزدواج الضريبي

المادة الثالثة والعشرون

طرق تقاضي الإزدواج الضريبي

1- أ- عندما يتلقى شخص مقيم في البرتغال مداخيل خاضعة للضريبة في الجزائر طبقا لأحكام هذه الاتفاقية، يقوم البرتغال خصم مبلغ مساوي للضريبة على الدخل المدفوع في الجزائر بموجبها. غير أنه لا يمكن لهذا الخصم أن يتجاوز نسبة الضريبة على الدخل التي يتم حسابها قبل الخصم الموافق للدخل الخاضع للضريبة في الجزائر.

ب- حين، طبقا لأحكام الاتفاقية التالية، تكون المداهيل التي يتحصل عليها مقيم في البرتغال معفية من الضريبة، ولا يوجد مانع أن يأخذ البرتغال المداهيل المعفاة بعين الاعتبار لحساب قيمة الضريبة على بقية مداهيل هذا الشخص المقيم.

2- عندما يتلقى مقيم بالجزائر مداخيل أو يملك ثروة تكون خاضعة للضريبة في البرتغال طبقا لأحكام هذه الاتفاقية فإن الجزائر تخصم :

أ- من الضريبة التي تحصل عليها من مداخيل الشخص المقيم، مبلغا مساويا للضريبة على الدخل المدفوعة في البرتغال،

ب- الضريبة التي يحصلها من ثروة هذا الشخص المقيم، مبلغا مساويا للضريبة على الثروة المدفوعة في البرتغال.

ومع ذلك، فإن المبلغ المخصص في كلتا الحالتين لا يمكن أن يتجاوز جزءا من الضريبة على الدخل أو الضريبة على الثروة المحسوبة قبل إجراء الخصم المتعلق حسب الحالة بالمداهيل أو بالثروة الخاضعة للضريبة في البرتغال.

3- إن الضريبة التي كانت محل إعفاء مؤقت في إحدى الدولتين المتعاقبتين، بموجب التشريع الداخلي لهذه الدولة، تعتبر خلال فترة سبعة سنوات اعتبارا من دخول هذه الاتفاقية حيز التنفيذ على أنها مدفوعة ويجب أن تخصم في الدولة المتعاقدة الأخرى من الضريبة التي تخص المداهيل المذكورة حسب حدود هذه الاتفاقية، وهذا وفقا للشروط المشار إليها في الفقرة الفرعية الأولى ومن الفقرة الأولى والجزء الأخير من الفقرة الثانية حسب الأحوال.

الفصل الخامس

أحكام خاصة

المادة الرابعة والعشرون

عدم التمييز

1- لا يخضع مواطنو دولة متعاقدة في الدولة المتعاقدة الأخرى، لأية ضريبة أو أي التزام يتعلق بها يختلف أو يكون أكثر عينا من تلك التي يخضع لها مواطنو هذه الدولة الأخرى والذين يوجدون في نفس الوضعية. يطبق هذا الحكم أيضا، بغض النظر عن أحكام الفقرة 1، على الأشخاص غير المقيمين بدولة متعاقدة أو كلتا الدولتين المتعاقبتين.

2- إن فرض الضريبة على منشأة مستقرة تملكها مؤسسة دولة متعاقدة في الدولة المتعاقدة الأخرى لا يتم في هذه الدولة الأخرى بصفة تكون أقل ملاءمة من فرض الضريبة على مؤسسات هذه الدولة الأخرى التي تمارس نفس النشاط. لا يمكن تفسير هذا الحكم على أنه إلزام دولة متعاقدة على منح مقيمي الدولة المتعاقدة الأخرى، خصوصا شخصية وتخفيضات من الضريبة وهذا تبعا للوضعية أو للأعباء العائلية، كما هو الشأن بالنسبة لمقيميها.

3- ما لم تطبق أحكام الفقرة (1) من المادة (9) و الفقرة (6) من المادة (11) و الفقرة (6) من المادة (12) من هذه الاتفاقية، فإن الفوائد والأتاوات والنفقات الأخرى التي تدفعها مؤسسة دولة متعاقدة إلى شخص مقيم في الدولة المتعاقدة الأخرى، تخصم وفقا لنفس

الشروط كما لو كانت تدفع لمقيم في الدولة الأولى، وذلك لغرض تحديد أرباح المؤسسة الخاضعة للضريبة. كما تخصم ديون المؤسسة التابعة لدولة متعاقدة المترتبة على مقيم في الدولة المتعاقدة الأخرى، بغرض تحديد ثروة المؤسسة الخاضعة للضريبة، وتخصم وفقا لنفس الشروط كما لو تمت استدانيتها تجاه مقيم بالدولة الأخرى.

4- إن مؤسسات دولة متعاقدة التي يكون كل رأسمالها أو بعضه، في حوزة أو مراقب، بصفة مباشرة أو غير مباشرة/ من طرف مقيم أو عدة مقيمين بالدولة المتعاقدة الأخرى، لا تخضع في الدول الأولى لأية ضريبة أو أي التزام متعلق بها يختلف أو يكون أكثر عينا من الضرائب أو الالتزامات التي تخضع أو يمكن أن تخضع لها المؤسسات الأخرى المماثلة والتابعة للدولة الأولى.

5- بغض النظر عن أحكام المادة 2، تطبق أحكام هذه المادة على الضرائب، أيا كانت طبيعتها أو تسميتها.

المادة الخامسة والعشرون

الإجراءات الودية

1- عندما يعتبر شخص، أن التدابير المتخذة من طرف دولة متعاقدة أو من طرف الدولتين المتعاقبتين، تؤدي أو ستؤدي بالنسبة له إلى فرض ضريبة غير مطابقة لأحكام

هذه الاتفاقية، فبإمكانه، وبصرف النظر عن طرق الطعن المنصوص عليها في القانون الداخلي لهاتين الدولتين، أن يرفع حالته إلى السلطة المختصة في الدولة المتعاقدة التي يقيم بها، وإذا كانت حالته تدخل في إطار الفقرة (1) من المادة (24)، يمكنه أن يرفعها إلى السلطة المختصة للدولة المتعاقدة التي يحمل جنسيتها. ويجب أن ترفع الحالة في خلال الثلاث سنوات، التي تلي أول إخطار بالإجراء الذي يؤدي إلى فرض ضريبة غير مطابقة لأحكام الاتفاقية.

2- تسعى السلطة المختصة، إذا ما تبين لها صحة الاعتراض المقدم إليها، ولم تستطع بنفسها إيجاد حل مرض، إلى تسوية الحالة، عن طريق اتفاق ودي مع السلطة المختصة في الدولة المتعاقدة الأخرى، بغية تفادي فرض ضريبة غير مطابقة للاتفاقية.

3- تسعى السلطات المختصة للدولتين المتعاقدين، عن طريق اتفاق ودي، إلى تذليل الصعوبات أو إزالة الشكوك التي قد يؤدي إليها تفسير أو تطبيق الاتفاقية.

4- يمكن للسلطات المختصة في الدولتين المتعاقدين الاتصال ببعضها البعض مباشرة، بغية التوصل إلى اتفاق كما هو وارد في الفقرات السابقة. وعندما يكون من الضروري بغرض التوصل إلى اتفاق، أن يتم تبادل الآراء شفويا، فإن هذا التبادل للآراء، يمكن أن يتم ضمن لجنة مشكلة من ممثلي السلطات المختصة للدولتين المتعاقدين.

المادة السادسة والعشرون

تبادل المعلومات

1 - تتبادل السلطات المختصة للدولتين المتعاقدين المعلومات الضرورية لتطبيق أحكام هذه الاتفاقية وأحكام التشريع الداخلي لكل منهما، بشأن الضرائب المنصوص عليها في الاتفاقية، وحيث يكون فرض الضريبة المنصوص عليها في هذا التشريع لا يخالف هذه الاتفاقية. كما أن تبادل المعلومات دون التقيد بالمادة (1). تحاط المعلومات التي تتحصل عليها الدولة المتعاقدة بالسرية، بنفس الطريقة التي تحاط بها المعلومات التي تم الحصول عليها وفقا للتشريع الداخلي لتلك الدولة، ولا يجوز إبلاغها إلا للأشخاص أو السلطات (بما في ذلك المحاكم والأجهزة الإدارية) المعنية بفرض أو تحصيل الضرائب المشار إليها في الاتفاقية أو المكلفة بالإجراءات أو المتابعات المتعلقة بهذه الضرائب أو بالقرارات الخاصة بالطعون المتعلقة بهذه الضرائب. ولهؤلاء الأشخاص أو السلطات استخدام المعلومات لهذه الأغراض فقط، ويمكنهم الإدلاء بهذه المعلومات أثناء الجلسات العلنية للمحاكم أو عند إصدار الأحكام.

2- لا يجوز بأي حال من الأحوال تفسير أحكام الفقرة (1) على أنها تلزم دولة متعاقدة :

أ- باتخاذ تدابير إدارية مخالفة لتشريعها أو لممارستها الإدارية الخاصة بها أو بالدولة المتعاقدة الأخرى.

ب- بتقديم معلومات لا يمكن الحصول عليها على أساس تشريعها أو في إطار ممارستها الإدارية المتعاقدة فيها أو في الدولة المتعاقدة الأخرى.

ج- بتقديم معلومات من شأنها كشف أسرار تجارة أو صناعية أو مهنية أو أسلوب تجاري أو معلومات يعتبر إفشاؤها مخالفا للنظام العام.

المادة السابعة والعشرون

المساعدة في التحصيل

1- تستحق الدولتان المتعاقدتان بتقديم المساعدة لبعضها البعض والإسناد بغرض التحصيل، تبعا لقواعدهم الخاصة في تشريعاتهم أو تنظيماتهم على التوالي، الضرائب المعنية في هذه الاتفاقية لما تكون هذه المبالغ مستحقة نهائيا تطبيقا للقوانين أو لتنظيمات الدولة الطالبة.

2- تستأور السلطات المختصة التابعة للدولتين المتعاقدين، حيث تعد هذه الأطراف ذلك مناسبا قصد تحديد كفاءات تطبيق هذه المادة.

المادة الثامنة والعشرون

الأعوان الدبلوماسيون والموظفون القنصليون

لا تنس أحكام هذه الاتفاقية بالامتيازات الجبائية التي يتمتع بها الأعوان الدبلوماسيون أو الموظفون القنصليون إما بمقتضى معايير القانون الدولي العام أو بموجب أحكام اتفاقيات خاصة.

المادة التاسعة والعشرون

أحكام أخرى

لا يمكن بأي حال من الأحوال تفسير أحكام هذه الاتفاقية على أنها تحد من الإعفاءات والاقتطاعات والخصومات والقروض أو كل من إعفاءات تمنح أو يمكن منحها من قبل :

أ- تشريع دولة متعاقدة بغرض تحديد ضريبة تحصلها هذه الدولة، أو

ب- اتفاق خاص مبرم من قبل دولة متعاقدة.

الفصل السادس

أحكام نهائية

المادة الثلاثون

نفاذ الاتفاقية

1- تشعر كل دولة متعاقدة الدولة المتعاقدة الأخرى، كتابيا وعبر القناة الدبلوماسية، عن استكمالها الإجراءات المطلوبة من قبل تشريعاتها لدخول هذه الاتفاقية حيز التنفيذ.

2- تدخل حيز التنفيذ في اليوم الأول من الشهر الثاني الذي يلي تاريخ استلام ثاني الإشعارين وتطبق أحكامهما للمرة الأولى على :

أ- الضرائب التي تقتطع عند المنبع التي تقيد في الحساب بعد 31 ديسمبر من سنة تبادل وثائق التصديق.

ب- الضرائب الأخرى المتعلقة بالفترات التي تفرض فيها الضرائب بعد 31 ديسمبر من تبادل وثائق التصديق

المادة الواحدة والثلاثون

إنهاء الاتفاقية

تسبق هذه الاتفاقية سارية المفعول لمدة غير محددة ما لم تلغها أحد الدولتين المتعاقدين ولكن يمكن لكل الدولتين المتعاقدين أن تلغيها بالطرق الدبلوماسية من خلال إشعار مسبق مدته ستة أشهر على الأقل قبل نهاية كل سنة مدنية اعتبارا من السنة الخامسة التي تلي دخول هذه الاتفاقية حيز التنفيذ.

وفي هذه الحالة، تصبح الاتفاقية غير قابلة للتطبيق.

أ- بالنسبة للضرائب التي تجز من المنبع توقف أحكامها بالنسبة للمبالغ التي تدفع أو تقيد في الحساب، بعد تاريخ 31 ديسمبر سنة إلغاء الاتفاقية .

ب- بالنسبة للضرائب الأخرى المفروضة بعد تاريخ 31 ديسمبر من سنة إلغاء الاتفاقية.

وإبباتا لما تقدم، قام الموقعان أدناه، المخولان قانونا لهذا الغرض بالتوقيع على هذه الاتفاقية.

حررت هذه الاتفاقية في الجزائر بتاريخ 02 ديسمبر 2003 م، في نسختين أصليتين باللغات البرتغالية، العربية و الفرنسية.

تتساوى النصوص الثلاثة في القوة القانونية وفي حالة الاختلاف في التفسير، يشكل النص الفرنسي النص المرجعي.

عن حكومة الجمهورية الجزائرية الديمقراطية

الشعبية

عبد القادر معلول

الوزير المنتدب لدى وزير الدولة

وزير الشؤون الخارجية والمغتربين

المغربية والإفريقية

عن الجمهورية البرتغالية

مانويل فرانكو

مخاتبة الدولة للخؤون الخارجية والتعاون

صالح

بروتوكول**المادة 25 إضافية :**

وهم بصدد التوقيع على اتفاقية تفادي الازدواج الضريبي والتهرب الجبائي ووضع قواعد المساعدة المتبادلة في مجال تحصيل الضرائب على الدخل وعلى الثروة المبرمة بتاريخ اليوم بين حكومة الجمهورية الجزائرية الديمقراطية الشعبية والجمهورية البرتغالية، اتفاق الموقعان أدناه على الأحكام الإضافية التالية التي تعد جزء لا يتجزأ من الاتفاقية.

المادة 02 إضافية :

في حالة ما إذا فرض البرتغال ضريبة مستجدة مشابهة للضريبة الجزائرية على الثروة، تقوم السلطات البرتغالية المختصة بإعلام السلطات الجزائرية المختصة عن طريق القناة الدبلوماسية، وذلك بغرض التشاور من أجل التوصل إلى اتفاق بشأن إمكانية أو عدم إمكانية إدراج هذه الضريبة الجديدة ضمن مجال اختصاص الاتفاقية.

المادة 05 إضافية :

تدخل مغازات البيع ضمن مفهوم المنشأة المستقرة.

المادة 06 إضافية :

تطبق أحكام المادة السادسة أيضا على المداخل المتأتية من الأملاك المنقولة التي يمكن اعتبارها كالمداخل المتأتية من الأملاك العقارية، طبقا للتشريع الجبائي للدولة المتعاقدة التي توجد بها هذه الأملاك.

المادة 07 إضافية :

فيما يتعلق بالفقرة الثالثة، يتعين عدم إقرار أي خصم بالنسبة للمبالغ المدفوعة عند الضرورة (لأغراض أخرى غير تلك المتعلقة بتسديد المصاريف المستحقة) من قبل المنشأة المستقرة للمقر المركزي للمؤسسة أو لأحد مكاتبها، كاتوات أو أتعاب أو مدفوعات مشابهة، وذلك من أجل استعمال براءات أو حقوق أخرى أو عمولة من أجل خدمات محددة مقدمة أو مقابل نشاط إدارة أو (ماعدا في حالة مؤسسة مصرفية) كفوائد على قروض مقدمة لمنشأة مستقرة، كما أنه لا تأخذ بعين الاعتبار عند حساب فوائد المنشأة المستقرة المبالغ (عدا تسديد المصاريف المستحقة) المفيدة من طرف المنشأة المستقرة كدين على المقر المركزي للمؤسسة أو على أحد المكاتب التابعة لها كاتوات أو أتعاب أو مدفوعات مشابهة، وذلك بغرض استعمال براءات أو حقوق أخرى أو كعمولة مقابل خدمات محددة مقدمة أو مقابل نشاط إدارة أو (ماعدا في حالة مؤسسة مصرفية) كفوائد عن المبالغ المقرضة للمقر المركزي للمؤسسة أو لأحد مكاتبها.

المادة 10 إضافية :

يشمل لفظ "أرباح الأسهم" أيضا الفوائد الممنوحة أو المدفوعة بموجب عقد مساهمة في الأرباح.

فيما يتعلق بالفقرة الثالثة (03) من المادة الخامسة والعشرون (25)، يمكن للدولتين المتعاقبتين التشاور قصد إلغاء الازدواج الضريبي في الحالات غير المنصوص عليها في هذه الاتفاقية، وهذا في إطار الإجراءات المعمول بها في هذا الشأن. إثباتا لذلك قام الموقعان أدناه والمخولان قانونا بهذا الشأن، بالتوقيع على هذا البروتوكول.

حرر بالجزائر بتاريخ 02 ديسمبر 2003 في نسختين أصليتين باللغات البرتغالية والعربية والفرنسية. تتساوى النصوص الثلاثة في القوة القانونية. في حالة الاختلاف في التفسير يشكل النص الفرنسي النص المرجعي.

عن حكومة الجمهورية الجزائرية الديمقراطية الشعبية
 محمد القادر مصلح
 الوزير المنتدب لدى وزير الدولة
 وزير الشؤون الخارجية والمغتربين
 المغربية والإفريقية

عن جمهورية البرتغال
 مانويل فرانسو

خاتمة الدولة للشؤون الخارجية والتعاون
 Manuel

Resolução da Assembleia da República n.º 23/2006

Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e o Reino da Espanha para a Constituição de Um Mercado Ibérico da Energia Eléctrica, assinado em Santiago de Compostela em 1 de Outubro de 2004.

A Assembleia da República resolve, nos termos da alínea i) do artigo 161.º e do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, aprovar o Acordo entre a República Portuguesa e o Reino da Espanha para a Constituição de Um Mercado Ibérico da Energia Eléctrica, assinado em Santiago de Compostela em 1 de Outubro de 2004, cujo texto nas versões autenticadas nas línguas portuguesa e espanhola se publica em anexo.

Aprovada em 19 de Janeiro de 2006.

O Presidente da Assembleia da República, *Jaime Gama*.

ACORDO ENTRE A REPÚBLICA PORTUGUESA E O REINO DA ESPANHA RELATIVO À CONSTITUIÇÃO DE UM MERCADO IBÉRICO DA ENERGIA ELÉCTRICA.

A República Portuguesa e o Reino da Espanha, doravante designados por as Partes:

Manifestando, no âmbito da cooperação entre os dois países, a sua intenção de avançar para a concretização do mercado interno da energia; Prosseguindo a cooperação, iniciada em 1998, entre as Administrações Públicas Portuguesa e Espanhola para, progressivamente, ultrapassar os obstáculos existentes e privilegiar a integração dos respectivos sistemas eléctricos;